

Deputado **Júlio Lopes** fala à Revista **Fenavist**

Página 26

Segurança privada **perdeu cerca de 100** **mil postos de trabalho** **em seis anos**

Página 32

Evolução das relações trabalhistas e reforma tributária são temas abordados no Enesp Nordeste

Página 11

Enesp Sudeste volta ao Rio de Janeiro após 17 anos

Página 14

Fenavist se reúne com Ministério da Justiça para aprovação do Estatuto da Segurança Privada

Página 24

Confira!

Coluna Sindicatos | página 50
Agenda de Eventos | página 55



Negócios em **Segurança Integrada**

Uma **nova ISC** está sendo construída com **foco na geração de negócios.**

- Força em **trazer visitantes qualificados/compradores**
- Reuniões de negócios personalizadas **One to One**
- **Verticalização** de conteúdo
- Keynotes Speakers no **Congresso de 2023**

Sucesso em números da última edição:



18 mil visitantes



+ de 100 reuniões feitas na Rodada de Negócio



120 marcas expositoras

ISC Brasil 2023
De **19** a **21** de **setembro**
Expo Center Norte
São Paulo



Saiba mais e entre em contato com a nossa equipe comercial

www.iscbrasil.com.br

[iscbrasil](#)

[iscbrasiloficial](#)

[iscbrasil](#)

Parceiros Oficiais



Parceiros de Mídia



Organização e Promoção



CONTRA TUDO E CONTRA TODOS, VAMOS SOBREVIVENDO

Mais uma vez estamos diante de uma situação que tem se repetido ao longo dos últimos anos: a segurança privada voltou a perder postos de trabalho. Quase 11 mil vagas foram fechadas nos últimos 12 meses, segundo o Anuário Brasileiro da Segurança Pública. De 2017 para cá, 100 mil vigilantes perderam seus empregos.

Esses números são muito mais do que estatísticas. É mais um trabalhador que perdeu seu emprego e a condição de sustentar sua família.

Como empresário, posso assegurar, ninguém fica feliz em demitir. Ainda mais quando há um caminho possível para mudar essa situação, o Estatuto da Segurança Privada, que se encontra parado diante de nós, por interesses de terceiros, por pressão de outros segmentos, por burocracia, por falta de vontade política, ou mesmo por desconhecimento do que está acontecendo no setor da segurança privada.

Antes, éramos um setor da economia que contratava e crescia a cada ano, hoje somos um segmento que perde para a clandestinidade e para a informalidade. O que se vê são grandes empresas, como supermercados, indústrias, condomínios, escolas, eventos e outros contratando pessoas despreparadas para uma função tão importante como a de proteger vidas e patrimônios, sem o rigor da lei e sem o controle por parte da Polícia Federal.

Sem uma nova legislação, mais eficiente e mais rigorosa no combate à clandestinidade, que tenha o poder de punir e criminalizar a segurança ilegal, os mais de 100 mil postos de trabalhos formais na área de vigilância perdidos nos últimos anos dificilmente serão recuperados.

O caminho está claro e depende exclusivamente do Senado Federal, onde a nova lei que vai regulamentar o setor da segurança privada espera sua aprovação.

O Estatuto da Segurança Privada, já aprovado pela Câmara, depende de uma última votação pelo Senado Federal e se arrasta naquela Casa há seis anos, sem que se tenha uma solução por parte dos senadores.



Uma nova lei vai atualizar o regimento estabelecido há 40 anos como a Lei nº 7.102/1983 e em vigor até hoje. Essa lei é de suma importância para traçar os novos rumos da segurança privada no Brasil. Além disso, todos os estudos apontam para a geração imediata de novos empregos na área, como é o caso da segurança eletrônica devidamente legalizada.

Outra preocupação, que causará grande impacto no nosso segmento, vem com a Reforma Tributária, recentemente aprovada na Câmara dos Deputados. Não somente o setor da segurança mas também outros setores de serviços, os que mais empregam, serão fortemente afetados com aumento de impostos na substituição do PIS e da COFINS pelo IVA, na ordem de 25%. Com exceção de alguns setores, todas as demais atividades com prevalência de mão de obra estarão fadadas a aumento de carga tributária.

Não podemos nos resignar, precisamos continuar a lutar e a resistir, mostrando a importância do setor de serviços na nossa economia. Os últimos dados apontam um crescimento do PIB brasileiro em função do bom desempenho do setor de serviços, da ordem de 0,6%. O setor de serviços, sozinho, equivale a 70% do PIB brasileiro, e seu desempenho tem o maior peso no resultado total de crescimento apontado no último trimestre. Isso demonstra que o setor não pode ser desprezado. Dele depende a geração de emprego e renda.

Continuaremos juntos a lutar, a resistir, a defender nosso setor. Imbuídos desse espírito, em 2024 estaremos celebrando mais uma edição do Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional. E, como diz o lema desta edição: "os sobreviventes merecem esta homenagem".

Nossa atividade é digna ser respeitada.

Um forte abraço!

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidentes

Alex Bortoletti , Alípio José Castelo Branco Junior, Amílto José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto , Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcami, Jerfferson Simões, João Eliezer Palhuca, Joseph Ribamar Madeira, Luis Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin , Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Icó da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carlins Ferraz dos Santos, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salete Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Maurício Smaniotto, Sérgio Augusto França Patrocínio, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

Conselho Fiscal

Cledemar Antonio Mazzochin, Denilson Colodetti Pinheiro, Eginaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

Conselheiros Sesc/Senac

Jerfferson Simões, Lélvio Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélvio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUIE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

6 Congresso ISC Brasil 2023 irá debater os principais desafios globais da indústria de Segurança Integrada

8 Artigo: SEMEESP atua para desenvolver escolta armada no Brasil

11 Evolução das relações trabalhistas e reforma tributária são temas abordados no Enesp Nordeste

14 Enesp Sudeste volta ao Rio de Janeiro após 17 anos

17 Fenavist passa a integrar grupo de trabalho do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

18 Artigo: O perde e ganha da Reforma Tributária

20 Destaques no conteúdo da reforma tributária

22 PF deflagra Operação Segurança Legal VII

24 Fenavist se reúne com Ministério da Justiça para aprovação do Estatuto da Segurança Privada

25 Profissional PCD é formado vigilante em projeto do Sindesp-SC

26 Entrevista: Deputado Júlio Lopes (PP-RJ)

29 Fenavist pede ao Ministério Público Federal que investigue contratações feitas pelo Carrefour

30 Artigo: O que a política tem a ver com segurança privada?

32 Segurança privada perdeu cerca de 100 mil postos de trabalho em seis anos

35 Sindesp-PR investe em capacitação e divulgação de informações para fortalecer o setor

36 Artigo: Os 'novos' Decretos das 'armas' não incidem sobre a atividade de vigilância privada

39 Estão abertas as inscrições para o Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional 2024

40 Informação Segura

44 Trajetória Segura

47 Segurança Inteligente

48 Coluna Fenavist

50 Coluna Sindicatos

52 Coluna Gente

54 Lista de Sindicatos

55 Agenda



Congresso ISC Brasil 2023 irá debater os principais desafios globais da indústria de Segurança Integrada

Inteligência Artificial, IoT, Eficiência e Sustentabilidade no mercado de segurança, entre outros temas, estão no centro da discussão do evento. Fenavist será responsável por painéis do dia 21 de setembro

A 16ª edição da ISC Brasil, principal polo de inovação, negócios e soluções integradas para o mercado de segurança do País, que acontecerá entre os dias 19 e 21 de setembro, no Expo Center Norte, em São Paulo (SP), continua mobilizando a atenção dos principais players, de entidades setoriais e decisores da indústria de Segurança Integrada do País.

Além das grandes marcas que já confirmaram presença no evento, o Congresso irá contar com a participação especial da presidente emérita do fórum Mulheres na Segurança da Security Industry Association e líder da vertical de Desenvolvimento Global de Ecossistemas e Parcerias da Intel, Kasia Hanson. A executiva irá aproveitar a oportunidade na ISC Brasil para divulgar insights sobre aceleração de vendas, parcerias em segurança e estratégias de lançamento de produtos/serviços no mercado.

“A 16ª edição da ISC Brasil estabeleceu como objetivo bater todos os recordes dos anos anteriores, com diversas atualizações em seu modelo e conteúdo, ideal para profissionais de segurança, entusiastas de tecnologia e especialistas do setor conferirem de perto as inovações da indústria”, comenta Jacqueline Gagliano, gerente de Produto da ISC Brasil.

A edição 2023 da ISC Brasil espera reunir 120 marcas expositoras e mais de 18 mil visitantes. Durante os três dias da Feira e do Congresso ISC, a RX Brasil, marca líder em organização de eventos de Seguran-

ça nas Américas, estima gerar mais de R\$ 1,6 bilhão em oportunidades de negócios.

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) são apoiadores institucionais no evento. As duas entidades vão ter um estande compartilhado na Feira, que será a casa da segurança privada na ISC Brasil 2023.

Congresso

E não é só isso, a Fenavist será a responsável por painéis, no dia 21 de setembro, do Congresso da ISC Brasil. O evento foi planejado visando oferecer conteúdo estratégico para atender aos desafios de todo o ecossistema de segurança, com foco nas principais verticais da indústria. Com base no pilar Tecnologia & Inovação, entre os principais temas centrais deste ano, a serem debatidos durante os três dias do Congresso, estão: Inteligência Artificial (IA), IoT (Internet das Coisas), Eficiência Energética, etc. Ao todo, serão 17 painéis.

A edição 2023 da Exposição e Congresso ISC Brasil vem repleta de novidades em seu modelo e conteúdo. Com uma programação abrangente e pautada nas grandes tendências tecnológicas que têm impactado o mercado mundial de Segurança, a ISC Brasil pretende reforçar o seu posicionamento estratégico como principal evento de Segurança Integrada do País e fortalecer a geração de negócios. Para isso, preparou um ambiente de relacionamento em formato inovador que irá facilitar rodadas de negócios entre marcas fabricantes, distribuidores, integradores e prestadores de serviço e 250 compradores das principais verticais da indústria. "Por meio de reuniões One to One iremos promover a geração de negócios e manter o principal valor pelo qual a ISC é reconhecida no mercado: a força dos nossos visitantes compradores", destaca Gagliano.



Além das mesas de negócios, a ISC Brasil apresenta o espaço "Innovation 360", um showroom para exposição de novas tecnologias em segurança. "É uma oportunidade exclusiva para os visitantes experimentarem tecnologias sinérgicas dos principais fabricantes de Segurança", explica Jacqueline. Para a gerente de Produto da ISC Brasil, o objetivo é estimular um grande ambiente de inovação e negócios. "Queremos aproximar os principais gestores de segurança e compradores de tecnologias das marcas participantes para fomentar ainda mais o nosso mercado no País", reforça.

O público interessado em visitar a ISC Brasil 2023 e conhecer de perto as novidades e tendências em Segurança Integrada podem acessar o site do evento ISC Brasil e garantir sua inscrição.

Serviço

- 16ª edição da Feira e do Congresso ISC Brasil
- 19 a 21 de setembro de 2023
- 13h às 20h
- Expo Center Norte
Rua José Bernardo Pinto, 333
Vila Guilherme-São Paulo (SP)
- Informações e Inscrições:
<https://www.iscbrasil.com.br/>

SEMEESP atua para desenvolver escolta armada no Brasil



Autair Iuga
Presidente do
SEMEESP

Como presidente do Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (SEMEESP), acumulando também a função de vice-presidente da (ABSEG), segundo vice-presidente do (SESVESP), diretor de escolta armada (ABREVIS), diretor (CEBRASSE) e vice-presidente para assuntos de escolta armada da (Fenavist), reforço meu compromisso incansável com a segurança de profissionais e empresas de segurança privada.

Recentemente, enviamos ofício para todas as autoridades e os órgãos competentes em busca de agregar valor e profissionalizar nosso setor de se-

gurança com a sugestão de federalizar crimes contra a escolta armada, representando um passo significativo contra ataques criminosos que ameaçam profissionais e cargas.

O aumento dos ataques em equipes de escolta armada, especialmente no Rio de Janeiro, levou a roubos de material bélico, gerando confrontos violentos e prejudicando a segurança de transporte e logística.

A proteção de cargas, vigilantes e condutores é cada vez mais desafiadora. A escolta armada se

tornou essencial para mitigar riscos e garantir a segurança dos bens transportados. Fortalecer essa atividade é crucial para manter as cadeias logísticas em funcionamento e promover o desenvolvimento econômico do País.

Isso, por sua vez, promete uma ação mais ágil e eficaz contra investidas criminosas, reforçando a proteção de nossos profissionais e a segurança das cargas que transportamos.

Na Portaria 18045/2023, destaco especialmente o aumento de munições de 2 (duas) para 3 (três) cargas por arma utilizada em uma escolta armada.

Considerando que uma equipe normalmente é composta de (2) dois vigilantes, que devem portar obrigatoriamente (2) duas armas de fogo curtas e (1) uma arma longa, é crucial que as empresas estejam atentas ao estado de seu cadastro no GESP.

Devem também fazer as aquisições necessárias em conformidade com as normas federais vigentes, além de avaliar contratos ativos, números de viaturas e sempre estar atentas aos prazos de validade dos coletes de proteção balística.

As vistorias conduzidas pelo DPF estão se tornando mais rigorosas, exigindo mais atenção para atender às premissas legais. Algumas dessas premissas incluem:

- Travas de cofres robustas, de acordo com as exigências legais;
- Extintores de incêndio dentro do prazo de validade;
- Caixas de areia nos cofres para manuseio de munições;
- Sistemas de monitoramento e gravação de imagens com capacidade de armazenamento adequado;
- Vagas claramente delimitadas para viaturas operacionais e administrativas;
- Sistemas de software operacionais capazes de gerar, em tempo real, informações sobre armas e munições no cofre e durante operações de escolta armada, entre outros procedimentos.

Uma mudança importante nas ocorrências de materiais bélicos fiscalizados e controlados pela PF, como Furto, Roubo, Extravio, Apreensão e Recuperação (F, R, E, A, R), é que o Boletim de Ocorrência (BO) deve ser feito no distrito policial da área no mesmo dia, como antes. No entanto, agora temos um (1) dia útil para informar a PF, o que é benéfico em fins de semana e feriados.

É recomendado que todos os empresários e suas respectivas assessorias avaliem e estudem essa portaria para evitarem surpresas desagradáveis.

Além disso, informamos que, de 23 a 27 de agosto de 2023, acontecerá o Encontro Nacional das Empresas de Segurança do Brasil (ENESP-SUDESTE) na cidade do Rio de Janeiro, com a participação dos sindicatos patronais e autoridades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Sindicato das Empresas de Escolta Armada do Estado de São Paulo (SEMEEESP) estará presente, representando a Escolta Armada do Estado de São Paulo.

É crucial que empresas, órgãos de segurança e autoridades unam esforços contra o crime organizado e protejam operações logísticas. Com políticas eficazes, investimentos em tecnologia e capacitação contínua, enfrentaremos desafios e preservaremos a integridade das cargas, bem como o bem maior, a vida humana.

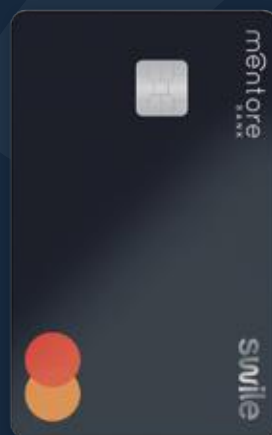
Enaltecemos os profissionais de segurança e o esforço da ABSEG em contribuir com a qualificação e profissionalização do nosso setor, com a intenção de auxiliar, complementar e alertar sobre as boas práticas no setor de escolta armada, contribuindo e agregando valor para a integração entre segurança pública e segurança privada.

Ressaltamos que o prejuízo anual em roubo de cargas no Brasil pode chegar ao montante de 2 (dois) bilhões de reais por ano, devido à subnotificação dos crimes.

O Banco digital mais que completo.

Benefícios modernos para potencializar
resultados e simplificar a rotina da sua empresa

- Folha de pagamento de forma massiva em poucos cliques e sem custo de transmissão;
- Abertura de conta com ativação instantânea e em lote de todos os funcionários;
- Cartão com rápida liberação;
- Isenção de tarifas bancárias com geração de nova receita;
- Contracheque disponível no aplicativo.



mentore
BANK



EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS E REFORMA TRIBUTÁRIA SÃO TEMAS ABORDADOS NO ENESP NORDESTE

O encontro estimulou o debate acerca dos desafios e das oportunidades que aguardam a indústria da segurança privada, assim como os avanços e as tendências da área

O governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, esteve presente na cerimônia de abertura do Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região Nordeste, realizado entre os dias 17 e 20 de maio, em Aracaju. Contente pela escolha do estado para sediar o Enesp, o governador Fábio Mitidieri falou sobre a relevância do encontro, destacando o interesse do governo de contribuir com o debate. “Hoje, estão reunidos aqui em Sergipe os principais players da segurança privada em âmbito nacional para participar de debates enriquecedores que fortalecem tanto o setor de segurança pública quanto privada, além do papel fundamental que desempenham em nossa sociedade. Desejo que esses dois dias sejam marcados por momentos memoráveis e produtivos.”

A importância da parceria entre a iniciativa pública e privada foi apontada pelo governador como fundamental para a construção de uma segurança eficaz para os cidadãos. “A sensação de segurança é um dos valores mais preciosos da sociedade, independentemente de ser provida pelo setor público ou privado. Contem com meu apoio e do nosso governo para todas as questões de proteção da nossa sociedade. Vamos seguir unindo esforços em prol de uma defesa coesa, priorizando sempre o bem-estar da população”, frisou Fábio, que aproveitou a oportunidade para encorajar os presentes a conhecerem o estado de Sergipe, sua culinária, música e cultura.

Para o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, o encontro oferece a oportunidade para que os participantes compartilhem conhecimentos e experiências, visando aprimorar a compreensão em áreas como fiscalização, tributação, legislação trabalhista, operações e integração com as forças de segurança pública.



“É uma alegria estar aqui, ao lado dos representantes da segurança privada de todos os 27 estados brasileiros. Desejo a todos um excelente evento e agradeço imensamente a receptividade carinhosa do povo sergipano”, disse Nazário.

Também participaram da abertura solene do evento o vice-governador e secretário de Estado da Educação e da Cultura, Zezinho Sobral; o secretário de Estado da Casa Civil, Jorginho Araújo; o vereador de Aracaju, Nitinho Vitalle; e o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe (Fecomércio), Marcos Andrade.

O evento, promovido pelos Sindicatos das Empresas de Segurança Privada da Região Nordeste, sediado em Sergipe, pelos Sindesps de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, em parceria com a Fenavist, reuniu empresários que atuam no segmento em todo o País para debater acerca dos desafios e das oportunidades que aguardam a indústria da segurança privada, assim como os avanços e as tendências da área.



Palestras

O advogado Eduardo Pragmácio Filho, doutor em Direito do Trabalho, explicou as maneiras regulares do exercício de administração dos contratos trabalhistas, des-

mistificando os conceitos ultrapassados de interpretar a legislação. Pragmácio defendeu a criação de um novo código de trabalho, para atualizar a legislação vigente, com base no diálogo tripartite, entre governo, empresários e trabalhadores.

“É muito bom vir para uma cidade irmã, como Aracaju, para conversar com empresários de todo o Brasil sobre o tema da legislação trabalhista. Acredito estarmos em um momento em que precisamos de uma nova pactuação das relações de trabalho,

no âmbito individual, na relação patrão e empregado, no âmbito coletivo, sobretudo nas relações sindicais, e de uma reforma que trate da solução dos conflitos trabalhistas, pois há solução de conflitos para além da Justiça do Trabalho. Podemos estimular e fomentar a solução de conflitos de forma mais adequada, como por meio da mediação, da arbitragem e da própria negociação coletiva e por outros meios de solução. Deve sempre haver o diálogo social tripartite para colocar os interesses a postos e discutir soluções mais apropriadas, por meio do diálogo social, para evoluir nas relações laborais”, afirmou Pragmácio.

O senador sergipano, Laércio Oliveira (PP-SE), valorizou o trabalho das empresas de segurança privada como indutoras de empregos no Brasil, uma das grandes atividades que desenvolvem a economia no País. Laércio também destacou a necessidade de ouvirem o setor de serviços para a reforma tributária, para que empresas e trabalhadores do segmento não sejam prejudicados com as mudanças que estão para ser implementadas na legislação brasileira.

As palestras foram encerradas com a participação dos delegados da Polícia Federal, Cristiano Campidelli e Kemyo Melo, que explicaram sobre a regulação e o desenvolvimento das atividades das empresas de segurança privada no País, combate à atuação irregular das empresas que não possuem registro para a atividade, precarizando o mercado e o modo como agem para que o ambiente de segurança seja o mais justo para o mercado e para a população. Os delegados destacaram a importância da qualificação dos profissionais da segurança para a melhoria da atuação do mercado, lembrando que as empresas clandestinas não usam pessoas preparadas, e também valorizaram o trabalho desenvolvido pelas empresas regulares, que executam os serviços com seriedade e eficiência.





Coloque **afetos** na sua CCT

Auxílios familiares extraordinários aos trabalhadores
organizados do **Setor de Segurança Privada**
e outros segmentos

COM

Agilidade, Flexibilidade e Qualidade

GARANTINDO

transparência e pronto atendimento
aos seus colaboradores



A Phenix foi criada na certeza de que nós, Luiz Renato Meier e Luciene da Silva Moreira, minha sócia na vida, no trabalho e esposa, podíamos nos tornar um grande reforço para cuidar com flexibilidade, agilidade e qualidade dos Benefícios constantes das Convenções Coletivas de Trabalho de cada Sindicato, garantindo total transparência e o pronto atendimento aos seus colaboradores.

A Phenix recebe mensalmente as contribuições das empresas e realiza a entrega dos produtos, guardando mensalmente o saldo financeiro da operação. Após o fechamento da CCT este saldo é devolvido para o Sindicato Contratante, promovendo uma total transparência da operação onde nada é incluído ou excluído sem a aprovação prévia das Entidades.

Assim, em Julho de 2019 iniciamos a prestação de serviços no Espírito Santo com 10.000 vidas e desde Fevereiro de 2022, em parte do Rio de Janeiro, com 30.000 vidas.

AFETOS DISPONÍVEIS EM NÍVEL NACIONAL

- Auxílio Natalidade;
- Auxílio-doença e/ou acidente de trabalho;
- Auxílio por invalidez/incapacidade permanente;
- Auxílio Renda Familiar;
- Auxílio Verbas Rescisórias;
- Auxílio Saúde Ambulatorial;
- Auxílio Casamento;
- Auxílio Pré inventário;
- Auxílio Jurídico;
- Auxílio Odontológico para o Titular e/ou dependentes;
- Auxílio Telemedicina para o Titular e/ou dependentes.

Luiz Renato Meier

Sócio Diretor



(27) 3019-8441 | 3019-8408



phenixconsultoria@terra.com.br



Rua Alberto de Oliveira Santos, 59
Sala 1303/1304 - Centro
Vitória/ES • CEP 29010-250



ENESP SUDESTE VOLTA AO RIO DE JANEIRO APÓS 17 ANOS

Evento reuniu representantes das empresas de segurança privada da principal região econômica do País entre os dias 23 e 27 de agosto

O impacto da alta carga tributária no setor de serviços e os efeitos da reforma trabalhista foram temas debatidos por dezenas de empresários de todo o País no Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região Sudeste, entre os dias 23 e 27 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro. Promovido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pelos sindicatos estaduais do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ), São Paulo (SESVESP e SEMESP), Minas Gerais (Sindesp-MG) e Espírito Santo (Sindesp-ES), o evento voltou à capital fluminense após 17 anos.

Além dos empresários, o Enesp Sudeste reuniu executivos, diretores, gerentes e administradores de empresas para discutir novas diretrizes que levem ao fortalecimento e desenvolvimento da segurança privada brasileira.



“A segurança privada gera mais de 500 mil empregos diretos em todo o Brasil, quase a metade na região Sudeste. O setor ainda não se recuperou totalmente dos impactos da crise econômica dos últimos anos e dos efeitos da pandemia. Discutir propostas e buscar formas de se desenvolver de maneira sustentável é a única maneira de encarmos o futuro. E é justamente essa a principal função do Enesp”, explica o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

Uma das principais preocupações de Nazário é a Reforma Tributária. O presidente da principal entidade representativa da segurança privada no Brasil ressalta que a proposta em tramitação no Congresso Nacional pode onerar o setor de serviços em mais de 80%, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A questão foi o foco da palestra de abertura do evento. O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, abordou detalhadamente os impactos dos tributos para o Setor de Serviços, em particular o da Segurança Privada e as perspectivas para o setor.

Outro destaque da agenda foi a apresentação do juiz federal do Trabalho Marlos Augusto Melek. Considerado um dos pais da reforma trabalhista,

“

Discutir propostas e buscar formas de se desenvolver de maneira sustentável é a única maneira de encarmos o futuro. E é justamente essa a principal função do Enesp

”

o magistrado discutiu as mudanças nas relações de trabalho desde a entrada em vigor das novas regras em 2017.

O ex-jogador de vôlei e bicampeão olímpico, Giovane Gávio, abordou temas como desafio, superação e motivação. Com uma história vitoriosa no esporte mundial, Giovane dividiu experiências únicas com os participantes.

Retorno ao Rio de Janeiro

Esta foi a segunda vez que o Enesp Sudeste aconteceu no Rio de Janeiro. Em junho de 2006, a capital fluminense recebeu autoridades ligadas ao setor de segurança de todo o País. Os participantes discutiram os prejuízos causados pela clandestinidade e as possíveis soluções para esse problema que atormenta a atividade.

O Encontro das Empresas de Segurança Privada é realizado desde 2005. O Enesp tem sido uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da atividade. Com a criação do Encontro, a Federação, em parceria com os sindicatos estaduais, passou a visitar as capitais das cinco regiões do País para apresentar o segmento para a sociedade, contratantes, órgãos reguladores e fiscalizadores, além da imprensa.

Fecomércio RJ

CNC Sesc Senac

Sindicatos | IFec | IFeS

COOPERAR. FORTALECER. TRANSFORMAR.

JUNTOS FAZENDO O RIO VOAR MAIS ALTO.

Sempre buscando contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a **Fecomércio RJ** desenvolve projetos e ações que fortalecem o setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, geram **novas oportunidades** e promovem o **bem-estar** de toda a população.

Confira algumas das nossas iniciativas:

IFeS

Instituto Fecomércio
de Sustentabilidade

O Instituto Fecomércio de Sustentabilidade busca fomentar o empreendedorismo social e ambiental por meio da adoção de práticas sustentáveis na relação entre empresários e consumidores. É o primeiro instituto desse porte e natureza vinculado a uma Federação do Comércio no Brasil.

IFec RJ

Instituto Fecomércio
de Pesquisas e Análises

O Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises atua na produção e divulgação de informações seguras e precisas, com base em uma inteligência de dados estatísticos confiáveis, para informar e orientar os empresários, os sindicatos, o poder público e a sociedade em geral.

IV PRÊMIO

VISÃO ²⁰²³
CONSCIENTE

Em sua 4ª edição, o Prêmio Visão Consciente é um incentivo e reconhecimento às ações empresariais sustentáveis.

CÂMARA PRIVADA DE
MEDIÇÃO E
CONCILIAÇÃO

Serviço oferecido às empresas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo para agilizar a solução de conflitos, estimulando o diálogo entre as partes para que estabeleçam a melhor negociação de acordo com seus interesses e necessidades.

Fenavist passa a integrar grupo de trabalho do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

A ideia é trabalhar no desenvolvimento e na regulamentação de políticas contra qualquer tipo de abuso e preconceito

No dia 20 de junho, a superintendente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Ana Paula Queiroga; o presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Segurança Privada do Pará e Amapá (Sindesp-PA/AP), Alberto Fonseca; e o executivo do sindicato estadual, Álvaro Neves, se reuniram com o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida. No encontro, o ministro convidou a Fenavist para participar do grupo de trabalho “Direitos Humanos e Empresas”. O Objetivo é trabalhar no desenvolvimento e na regulamentação de políticas contra qualquer tipo de abuso e preconceito.

A Federação, que nos últimos anos tem se destacado no combate à discriminação por meio da campanha “Segurança sem Preconceito”, parabenizou a iniciativa e se colocou à disposição. A superintendente da Fenavist aproveitou a oportunidade para a apresentar a cartilha “Segurança sem Preconceito” ao ministro, bem como explicou a maneira como funciona a certificação de mesmo nome.

Ser antirracista

As iniciativas da Fenavist no âmbito da campanha “Segurança sem Preconceito” não param. No dia 7 de agosto teve início o curso “Ser Antirracista: Caminhos para Construir a Equidade Racial na Empresa”. A iniciativa faz parte do compromisso da Federação contra o preconceito e a discriminação. O curso, ministrado pela professora Dra. Ana Lucia Mathias

Fernandes Coelho, é voltado para os executivos e colaboradores dos sindicatos estaduais de todo País e foi dividido em quatro módulos.

O primeiro módulo apresentado foi “Desigualdade e Discriminação Racial no Brasil”. No dia 4 de setembro, será a vez do tema “O Racismo Institucional como Limitador do Acesso a Direitos e Serviços”. Em 2 de outubro, os participantes vão discutir “Caminhos para o Enfrentamento do Racismo Institucional”. A última aula ocorre em 6 de novembro. O assunto abordado será “Para Conhecer mais Uniformizando Linguagens do Racismo”.

Selo Segurança sem Preconceito

O selo de qualidade “Segurança sem Preconceito” foi lançado junto com a cartilha sobre o tema em novembro de 2021. A certificação é concedida aos sindicatos e a empresas que atendem aos requisitos que comprovem o compromisso e a atuação profissional no processo de inclusão e fim da discriminação. Ao mesmo tempo, o selo incentiva e serve de exemplo a outros atores do segmento da segurança privada.

Para mais informações sobre o selo e a cartilha “Segurança Sem Preconceito”, acesse o site da Fenavist www.fenavist.org.br ou envie um e-mail para fenavist@fenavist.org.br. Os interessados também podem entrar em contato pelo telefone **61 3327-5440**.



O perde e ganha da Reforma Tributária



Cléria Santos

Economista e consultora parlamentar da Fenavist

Depois de mais de duas décadas em discussão no Congresso Nacional, a tão esperada Reforma Tributária, defendida por alguns setores e rejeitada por outros, foi aprovada, de modo açodado, no início de julho na Câmara dos Deputados. Capitaneada pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, juntamente com o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro, o que se viu foi uma das votações mais polêmicas dos últimos anos. Sem que os deputados pudessem conhecer previamente o Substitutivo do relator, o texto foi aprovado “a toque de caixa”, e, mesmo depois de aprovado pelo Plenário, sofreu importantes alterações de última hora.

Ao fim e ao cabo, a proposta agora tramita no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a relatoria do senador Eduardo Braga (MDB/AM), pela qual será analisada com mais tranquilidade no decorrer deste semestre, com previsão de ser concluída até o final de outubro, quando retornará à Câmara dos Deputados para a apreciação das alterações que serão feitas pelo Senado, antes de promulgada a Emenda Constitucional. É importante dizer que uma reforma simplificadora e mais justa para o País sempre foi esperada por todos os setores produtivos, considerando que o Brasil, entre 111 países, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), figura na 2ª posição no ranking dos que mais tributam as empresas. Somente Malta fica na frente do Brasil.

Ao considerar todos os impostos, as empresas brasileiras pagam em média uma alíquota de imposto de 34%. Esse valor é 70% maior que a média mundial, e somente 1% menor que Malta - que está no topo do ranking, com 35%. Entre os países mais desenvolvidos, Reino Unido aparece com alíquota de 19%; Estados Unidos com 25%; Canadá com 27%; e Japão com 30%. A média dos países desenvolvidos fica em torno de 20%. Ao nos comparar com outras economias mundiais, nos últimos três anos, o que se observa é que a grande maioria dos países diminuíram as suas alíquotas de tributos sobre as empresas, na contramão do que pretende o Brasil com a nova reforma tributária. E, para completar, o Ministério da Fazenda admite ter que elevar a alíquota do IVA entre 25,45 e 27%, diante da alíquota sugerida de 25%, quando da votação da proposta na Câmara, alegando que, com “tantas exceções” inseridas, o imposto brasileiro poderá ser o maior do mundo.

“Ao nos comparar com outras economias mundiais, nos últimos três anos, o que se observa é que a grande maioria dos países diminuíram as suas alíquotas de tributos sobre as empresas, na contramão do que pretende o Brasil com a nova reforma tributária”

Nesse contexto, o objetivo inicial de simplificar o sistema tributário, considerado fundamental para atrair investimentos e desenvolvimento, diminuir o custo Brasil, além de impulsionar o crescimento econômico do País, pode estar comprometido. No modelo proposto e aprovado na Câmara, o novo modelo de tributação sobre consumo adotará o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica tributos federais, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal, e, ainda, um Imposto Seletivo, regulatório, para coibir o consumo de produtos como álcool e cigarro. Nada está claro, pois pontos importantes da reforma precisarão ainda ser regulamentados, por meio do Projeto de Lei Complementar a ser enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, após a promulgação da Emenda Constitucional.

O que fica para depois

Pelo menos cinco pontos da Reforma Tributária dependerão de regulamentação, por intermédio de lei complementar: a definição das alíquotas da CBS e do IBS; os itens da cesta básica nacional que ficarão isentos, ou seja, com alíquota zero; o alcance do imposto seletivo, que vai incidir sobre itens que o governo pretende coibir o consumo por serem prejudiciais à saúde, como bebidas alcoólicas e cigarros, e ainda ao meio ambiente, conhecido como “imposto do pecado”; os impostos que poderão incidir sobre os produtos produzidos na Zona Franca de Manaus; e, ainda, os critérios de divisão do Fundo Regional.

Exceções e alíquotas reduzidas

Alguns segmentos da economia foram beneficiados com alíquotas reduzidas, como saúde; educação; serviços de transporte coletivo de passageiros rodo-

viário, ferroviário e hidroviário; produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas; insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais e atividades desportivas; e bens e serviços de segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética.

Ganhadores e Perdedores

Sem sombra de dúvida, a nova reforma tributária do Brasil produzirá ganhadores e perdedores. O setor mais beneficiado será o industrial, que terá uma cobrança única sobre o que antes se incidia imposto em cada cadeia produtiva e se adicionava acréscimo tributário ao produto final. Por sua vez, a permanecer o texto da Câmara, o grande perdedor será o setor de serviços, considerado o mais importante da economia e o que mais emprega, que, na ponta final da atividade econômica, não conta com o benefício de deduzir tributos por abatimento de créditos, como acontece na indústria. Não há como negar que setores com preponderância de mão de obra, assim consideradas as empresas que prestam serviços de segurança privada e outras, como as empresas de telecomunicações, estarão fadadas a aumento de impostos. Sem levar em conta a alta carga tributária sobre a folha de pagamentos, a reforma tributária condiciona ainda a desoneração da folha de pagamentos ao aumento de arrecadação adicional da União, incidente sobre a reforma na tributação sobre a renda, em etapa posterior à reforma tributária em andamento. Sem entendimento na Câmara dos Deputados, resta ao setor de serviços buscar minimizar o impacto sobre esse importante segmento da economia que gera milhares de empregos, responsável pela redução do índice de desemprego no Brasil.

Destques no conteúdo da reforma tributária



Wilson Trevisan
Consultor Econômico da Fenavist

É necessário ressaltar que o IVA será segregado em dois tipos de tributo: dos estados e municípios, denominado IBS, e o da União, o CBS.

A questão é a concentração dos tributos pertencentes a municípios e estados, cujas alíquotas atuais são 5% (ISS) e 18% (ICMS), totalizando 23%.

Como os estados hoje avançam sobre itens de consumo, com alíquotas que variam de 25% a 32% (combustíveis, bebidas, cigarros, energia, entre outros), a definição da alíquota, em face dos benefícios e regimes diferenciados, irá para 27%. Ora, para quem hoje desembolsa 5%, ter essa alíquota em 27% significa um impacto significativo sobre o setor de serviços, sem considerar o CBS, de 513%. Se conservarem os 25%, esse impacto atingirá 475%, evidentemente que esse sobressalto será alcançado pelo preço final, como veremos adiante.

Acredita-se que os créditos na atividade de vigilância, por maior que seja o esforço a ser alcançado, seriam gerados por 10% dos custos. Estamos falando de energia, combustível, e idealizando que o vale-transporte, vale-refeição e os insumos em geral possam vir a contribuir.

Abaixo o quadro demonstrativo de um serviço com pretensões de 5% de taxa administrativa e lucro de 6,79%.

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES		
REMUNERAÇÃO TOTAL	R\$ 11.884,61	30,62%
COMPLEMENTO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.403,10	3,61%
DIREITOS INDENIZATÓRIOS	R\$ 1.403,61	3,62%
DIREITOS CONVENCIONAIS	R\$ 4.041,54	10,41%
DIREITOS RESCISÓRIOS	R\$ 1.095,18	2,82%
DIREITOS COMPLEMENTARES DE FÉRIAS	R\$ 198,93	0,51%
TOTAL DOS DIREITOS DOS TERCEIROS	R\$ 20.026,97	51,60%
CUSTOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 5.235,68	13,49%
TRIBUTOS	R\$ 9.492,20	24,45%
DIREITOS DO PARTICULAR LUCRO/ADM/INSUMOS	R\$ 4.060,47	10,46%
TOTAL DOS CUSTOS	R\$ 38.815,32	100,00%



Agora com os ajustes previstos pela reforma:

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES		
REMUNERAÇÃO TOTAL	R\$ 11.884,61	37,02%
COMPLEMENTO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.403,10	4,37%
DIREITOS INDENIZATÓRIOS	R\$ 1.403,61	4,37%
DIREITOS CONVENCIONAIS	R\$ 4.041,54	12,59%
DIREITOS RESCISÓRIOS	R\$ 1.095,18	3,41%
DIREITOS COMPLEMENTARES DE FÉRIAS	R\$ 198,93	0,62%
TOTAL DOS DIREITOS DOS TERCEIROS	R\$ 20.026,97	62,39%
CUSTOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 5.235,68	16,31%
TRIBUTOS	R\$ 2.776,63	8,65%
DIREITOS DO PARTICULAR LUCRO/ADM/INSUMOS	R\$ 4.060,47	12,65%
TOTAL DOS CUSTOS	R\$ 32.099,75	

Nosso sonho de consumo seria: O artigo 195, que trata da Previdência, em seu § 9º: As contribuições sociais previstas no inciso I do caput desse artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso da alínea 'c' do inciso I do caput.

Nessa mesma linha de raciocínio, o impacto sobre a folha de pagamento, a qual não nos permite os créditos, é o total da alíquota prevista, de 25% ou 27%, isso é fato.

O impacto nos preços finais dessa atividade é de 20,92%. Esse ônus, imposto pelo modelo apresentado, merece e deve ser reanalisado pelo Senado, pois se resume em encolhimento da atividade, como consequência redução de pessoal.

Nossa atividade solicita a essa nobre Casa ao menos uma audiência com o setor de serviços terceirizados, no qual as atividades alcançam algo em torno de cinco milhões de empregos.



PF DEFLAGRA OPERAÇÃO SEGURANÇA LEGAL VII

Cerca de 500 policiais federais realizaram fiscalização de combate a empresas clandestinas de segurança privada

A Polícia Federal executou, no dia 17 de agosto, a Operação Segurança Legal VII em todo o país com o objetivo de encerrar a atividade de empresas que executam segurança privada sem autorização.

Cerca de 502 policiais federais realizaram a fiscalização de 449 estabelecimentos, entre casas noturnas, comércios, condomínios e outros.

Desde 2017, a Polícia Federal promove essa operação de âmbito nacional, coordenada pela Divisão de Controle e Fiscalização de Segurança Privada (DICO/CGCSP/DPA/PF) e deflagrada pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada – Delesps nas capitais e pelas Unidades de Controle e Vistoria nas Delegacias Descentralizadas.

A contratação de serviços clandestinos de segurança privada coloca em risco a integridade física de pessoas e o patrimônio dos contratantes, já que os “seguranças” clandestinos não se submetem ao controle da Polícia Federal quanto aos seus antecedentes criminais, à formação, à aptidão física e psicológica.

Além disso, as empresas clandestinas não observam os requisitos mínimos de funcionamento previstos na legislação. No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela Polícia Federal podem prestar serviços e contratar vigilantes.

Outras ações

A ação do último dia 17 não foi a única. No dia 10 de maio, foi deflagrada a Operação Austeridade, com o objetivo de cumprir mandados de prisão em aberto, pelos mais variados crimes, expedidos contra vigilantes, ativos e inativos.

Ao todo, a PF cumpriu 59 mandados de prisão, de forma simultânea, em todos os estados e no Distrito Federal, contra profissionais que exerciam a ati-



dade de segurança privada de forma irregular, pois, para o exercício do ofício, é imprescindível ser isento de antecedentes criminais registrados.

Em 10 de agosto, houve uma operação para apurar denúncia de atividade de segurança privada clandestina na cidade de Aragoiânia-GO. A PF escalou 12 policiais para participar da ação, a qual resultou em uma prisão em flagrante por porte ilegal de arma de fogo, além de lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por usurpação de atividade inerente à Polícia Militar.

Três pessoas foram conduzidas à sede da Polícia Federal em Goiânia, além da apreensão de um veículo, uma arma de fogo, coletes, facas e rádios para comunicação.

No dia 27 de julho, a ação ocorreu na Paraíba. A “Operação Benu” teve como alvo a atuação clandestina de empresa de segurança em funcionamento desde o ano de 2017. O Juízo de Direito de Remígio-PB expediu 19 mandados de busca e apreensão, cumpridos por 76 policiais federais.

Segundo a investigação, a empresa vinha, há alguns anos, oferecendo serviços de segurança privada, inclusive escolta armada, sem que a atividade fosse registrada e fiscalizada pela Polícia Federal. Durante a investigação, constatou-se que utilizava equipamentos como espargidor de pimenta e símbolos de entes públicos personalizados nos uniformes dos prestadores de serviços.

Também foi comprovado que quase a totalidade das pessoas que prestavam serviço pela empresa não era registrada na Polícia Federal para atuar como vigilantes.

Os investigados poderão responder pelos delitos de exercício de atividade econômica sem preenchimento das condições estabelecidas por lei, posse de gás asfixiante sem licença da autoridade competente, uso indevido de símbolo identificador de ente da Administração Pública e associação criminosa.

Formação Legal

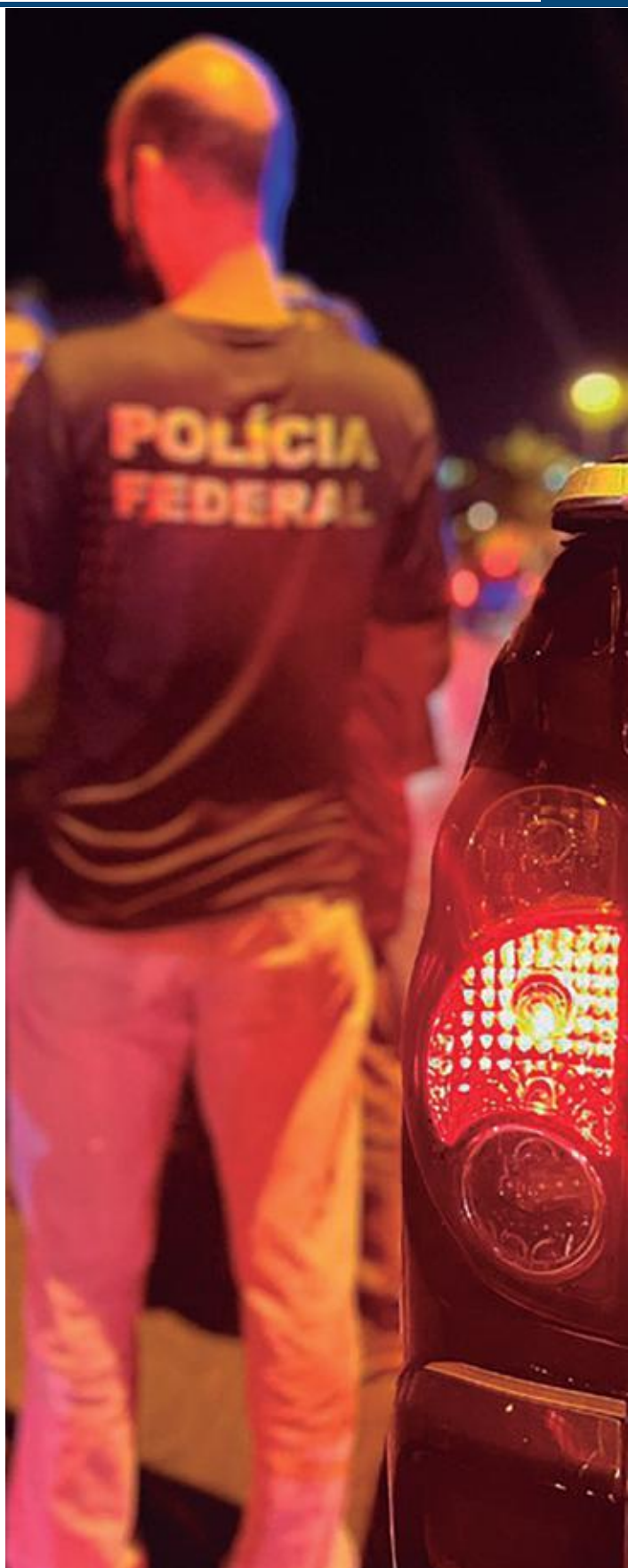
No dia 28 de junho, a Polícia Federal realizou a “Operação Formação Legal II” para fiscalizar empresas de curso de formação de vigilantes. Ao longo do dia, mais de 300 policiais federais fiscalizaram 259 escolas de vigilantes em todo o Brasil. Segundo a PF, esse número representa 87% das empresas de curso de formação em atividade no País.

A operação de âmbito nacional foi coordenada pela Divisão de Controle e Fiscalização de Segurança Privada (DICOFC/CGCSP/DIREX/PF) e executada pelas Delegacias de Controle de Segurança Privada (Delesps) e Delegacias Descentralizadas de todo o País, de forma simultânea.

Durante a ação, os policiais verificaram a regularidade dos cursos, especialmente quanto ao cumprimento da grade curricular e da carga horária; ao controle de frequência dos alunos; à observância do número máximo de alunos permitido em sala de aula; à regularidade dos instrutores; à regularidade na aplicação de provas; à observância do número mínimo de tiros previsto para cada curso, além de outras obrigações previstas na legislação.

O principal objetivo da fiscalização é a melhoria dos cursos e da qualidade da formação dos vigilantes, para evitar desvios de conduta e fortalecer o segmento de segurança privada, complementar ao da segurança pública e fundamental para a proteção da vida e do patrimônio, contribuindo para o bem-estar da população.

Fonte: Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal



Fenavist se reúne com Ministério da Justiça para aprovação do Estatuto da Segurança Privada

Proposta aguarda aprovação do Senado desde 2016



O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, se reuniu, no dia 14 de junho, com o secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, e com o secretário nacional de Assuntos Legislativos da pasta, Elias Vaz de Andrade, para pedir o apoio do Ministério da Justiça na aprovação do Estatuto da Segurança Privada no Senado Federal.

A reivindicação da Fenavist foi muito bem recebida pelos secretários, por reconhecerem a necessidade de atualizar a legislação, o que dará mais segurança jurídica às empresas legalizadas no País e ainda mais efetividade à Polícia Federal no controle da clandestinidade.

O presidente da Fenavist esteve acompanhado do vice-presidente da Fenavist, Ivan Hermano Filho; da superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga; e da consultora parlamentar, Cléria Santos.

O Estatuto

O texto que moderniza a Lei nº 7.102/1983, regulamentadora da atividade, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2016 e, desde então, aguarda a votação no Senado Federal.

Sem aprovação desse texto, a atividade enfrenta dificuldade de se desenvolver, já que está sob regras estabelecidas há 40 anos, que não acompanharam a evolução nem a modernização da segurança privada no Brasil e no mundo, com todas as inovações tecnológicas inseridas na segurança eletrônica. Mesmo com algumas atualizações feitas por decretos e portarias, a legislação em vigor está totalmente obsoleta, inclusive impede a fiscalização mais efetiva da Polícia Federal, que se ressentida da falta de legislação para criminalizar a segurança clandestina, que deve ser combatida de maneira mais severa e efetiva.

A nova legislação, além de trazer mais segurança jurídica para as empresas devidamente legalizadas no País, abrirá caminho para a geração de milhares de novos empregos e consequente geração de



Profissional PCD é formado vigilante em projeto do Sindesp-SC

No mês de março deste ano, o Sindesp-SC, em parceria com o Instituto Catarinense de Educação Profissional (ICAEPS), lançou a campanha “Pessoa com Deficiência na Segurança Privada é mais inclusão”.



“A inclusão das pessoas com deficiência é um grande desafio no País. Com a campanha que segue ativa, esperamos cumprir a lei federal de cotas e gerar oportunidade para os PCDs”, destaca o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

No Brasil, organizações com mais de 100 colaboradores devem cumprir uma cota de ao menos 2% de vagas para PCDs, e esse número deve ser ampliado progressivamente de acordo com o número de empregados.

“Somente em Santa Catarina, há quase 300 mil pessoas com deficiência, mas, muitas delas não estão trabalhando em um emprego formal nem buscando capacitações. O desafio é ainda maior no setor de serviços, que precisa de mão de obra especializada e possui trabalhos com índice alto de periculosidade ou insalubridade”, exaltou o presidente do ICAEPS, Evandro Fortunato Linhares.

Com o lançamento da campanha “Pessoa com Deficiência na Segurança Privada é mais inclusão”, o sindicato, em parceria com o ICAEPS, buscou a captação, inclusão e qualificação de pessoas com deficiência.

O grande destaque foram 100 vagas gratuitas para o Curso de Vigilante. No mês de agosto, o primeiro vigilante formado com a parceria foi oficialmente

contratado por uma empresa de vigilância associada ao sindicato.

“Com muito orgulho sou o primeiro formando do projeto PCD. Agora no mercado de trabalho, espero me tornar um profissional cada vez melhor, seguir participando dos cursos do ICAEPS e me destacar nas minhas atividades”, celebra Fernando Schneider Gomes, primeiro vigilante PCD formado em um curso oferecido pelo Sindesp-SC e ICAEPS.

Schneider possui visão monocular e encontrou no projeto a possibilidade de adquirir as credenciais necessárias para exercer a função que sempre desejou. O profissional não somente concluiu o curso, mas também obteve as melhores notas da turma.

“O Fernando foi um grande destaque durante o período de formação. Acompanhamos todo o processo e esperamos que ele seja um exemplo para outros profissionais com deficiência que queiram ingressar no mundo do trabalho”, completa o diretor das Escolas de Formação do Sindesp-SC, Joneval Almeida.

O projeto segue ativo e capacitando profissionais em Santa Catarina. Para mais informações e inscrições, acesse www.icaeps.com.br

ENTREVISTA: Deputado Júlio Lopes (PP-RJ)

A edição de agosto da Revista Fenavist conversou com exclusividade com o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ). Hoje vice-presidente da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços, o parlamentar está no quinto mandato e defende a reforma tributária e a desoneração da folha de pagamento.

Profundo conhecedor do setor de serviços, sabe da importância da atividade para o País, assim como da segurança privada, que considera complementar à segurança pública. Confira a íntegra da entrevista.



Deputado, o senhor é o vice-presidente da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços, segmento que mais emprega no Brasil e que sofreu muito durante a pandemia de Covid-19. Como tem sido o trabalho da Frente e quais os objetivos em curto e médio prazo?

Primeiramente quero dizer da minha honra de fazer parte dessa Frente Parlamentar, porque sou empresário da área de prestação de serviços, portanto, absolutamente solidário e entrosado com esse segmento, o maior empregador do Brasil, e é sempre, no mundo inteiro, um dos que mais empregam. O setor de serviços é o primeiro acesso, o primeiro emprego, a primeira mobilização da sociedade em relação ao próximo. Então, temos muito que apoiar o setor de serviços, razão pela qual estou atuando nessa Frente Parlamentar.

É consenso que o Brasil precisa de uma Reforma Tributária. Após décadas de discussão, recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o texto com uma série de mudanças no regime tributário. No entan-

to, o setor de serviços, diferentemente de outras atividades, quando houver prevalência de mão de obra, terá um aumento significativo na carga tributária. Como a Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços tem atuado para mudar esse quadro no Senado? Há uma explicação para o setor de serviços ter sido preterido em relação a outras atividades?

Há um consenso de que a reforma tributária é absolutamente essencial e fundamental para o Brasil, para a simplificação, a reordenação, a desoneração da sociedade brasileira em relação à sua carga tributária. Assim buscamos proceder, revertendo a lógica da tributação, do momento da fabricação ao momento do consumo. Isso é o mais importante, a mudança dessa lógica. Quando se muda essa lógica, muda-se praticamente toda a concepção logística do País, muda-se a maneira de empreender, de fazer, de produzir, e isso aumenta a produtividade do País. Hoje, por uma anomalia fiscal, muitas fábricas, indústrias e até prestadores de serviço foram se localizando em áreas incentivadas, muitas vezes longe das áreas de consumo, gerando, assim, perda de produ-

tividade. A reforma tributária traz, no seu condão, exatamente em função de tributar a ponta, o serviço, o tomador ou o comprador do serviço. Ela vai fazer com que haja uma reordenação de toda a cadeia logística brasileira e da questão da produtividade. Portanto, a reforma tributária é muito importante para o País e para o setor de serviços também. Alguns setores foram desonerados já aqui na Câmara, como é o caso, por exemplo, de saúde e educação. Mas, acredito que, no Senado Federal, ainda vai haver muitas discussões acerca desse tema e que isso deve voltar à Câmara para nova análise e que se chegará a um consenso de uma tributação razoável dentro do contexto internacional para a tributação do setor de serviços no Brasil. Acredito muito que estamos construindo um processo novo e que precisa ser muito debatido e implementado. Muitas questões também vão depender de discussões de legislatura infralegal, quer dizer, vão ter implicação no custo do trabalho, no custo da prestação de serviço. Portanto, essa discussão ainda está muito aberta, mas ela segue em um caminho positivo.

Uma outra questão importante que tramita no Congresso Nacional é a desoneração da folha de pagamento. Pela proposta, a redução dos encargos para dezessete setores será prorrogada por mais quatro anos. Qual a possibilidade de a desoneração ser estendida a outras atividades, uma vez que o argumento é que os contemplados são os maiores geradores de emprego no País, no entanto, a segurança privada, responsável por mais de 500 mil empregos diretos e predominantemente de mão de obra, não faz parte da lista?

Bem, talvez esta seja uma das questões mais importantes do Brasil do momento: a desoneração da folha de pagamento. Pela proposta, dezessete setores vão ter, enfim, seus benefícios prorrogados por mais quatro anos. Sou favorável a isso, a esses setores terem esses benefícios. Mas precisamos estender a todo o setor de serviços e a toda a indústria nacional,

enfim, a todo o país os benefícios que esses dezessete setores têm hoje. Entretanto, se assim o fizermos, imediatamente, vamos quebrar de uma vez a previdência social, que já tem um déficit hoje da ordem de R\$ 230 bilhões/ano. Vamos também, com a reforma, estruturar toda a organização da cadeia de trabalho do Brasil. Então, é importante que tenhamos esse cenário definido para que possamos desenhar os avanços possíveis. O primeiro é reestabelecer a condição para que esses dezessete setores continuem gozando do benefício que tinham para continuar empregando massivamente. E o segundo passo é revisar a remuneração da previdência no Brasil, fazendo uma extensão a toda a economia, buscando abranger os setores informais, toda a economia de uma vez só. E, nisso, vejo que o imposto digital, talvez sobre o faturamento das empresas, enfim, que algo novo precisa vir para mostrar para o Brasil e o mundo que é possível ter uma remuneração sobre o trabalho para a saúde da previdência social e para uma sociedade mais justa, mais equânime, melhor para o Brasil e melhor para a sociedade de maneira geral.

O senhor é um conhecedor da atividade de segurança privada, que sozinha gera mais de 500 mil empregos diretos. Como enxerga a segurança privada e a importância dela para o Brasil?

Bem, é óbvio que conhecemos bem a questão da segurança privada, e todos nós, brasileiros, dependemos muito dela. A segurança privada é que faz a segurança patrimonial no Brasil. Praticamente todo o patrimônio brasileiro é guardado, protegido e seguro pelas empresas privadas de segurança, mesmo nos serviços públicos, à exceção nos prédios da defesa nacional, onde se tem o exército, a marinha e a aeronáutica, que fazem a defesa do Palácio Planalto. Na outra grande parte dos palácios e das áreas internas, mesmo do Estado, é a segurança privada, a segurança patrimonial, que faz a segurança. Portanto, a atividade é fundamental no País, que enfrenta tanta insegurança, tanta intranquilidade. São forças

complementares às forças policiais, que têm de ter efetivamente uma visão de benefício, uma visão de complementaridade às forças de segurança. E mantemos uma relação próxima com todas essas instituições e queremos muito que tenham mais competitividade e condição de continuarem se expandindo no País. Óbvio, a questão da segurança pública afeta diretamente a qualidade de vida do cidadão, sobretudo na área em que eu vivo, o Rio de Janeiro, onde você tem uma indústria do turismo muito pujante e que depende fundamentalmente da área de segurança pública, e a participação das empresas privadas de segurança é extraordinariamente importante. Portanto, estamos aqui sempre para apoiar e ajudar essa área de prestação de serviços, que é fundamental. Mas ela não pode vir por um benefício momentâneo, pelo que eu já disse anteriormente, isso desestruturaria momentaneamente algo já bastante deficitário, que é o financiamento da previdência do Brasil.

Para finalizar, qual o recado o senhor deixaria para a população e os empresários brasileiros?

Para finalizar aqui esta nossa entrevista, quero pedir a todos que tenham ânimo, coragem e otimismo, porque estamos no rumo correto. Como disse, a pura e simples inversão da tributação da fabricação para o consumo inverte a lógica do consumo e, em fazendo isso, ajusta o sistema produtivo nacional. Sempre discutimos e questionamos muito por que o Brasil é um país com uma produtividade tão baixa, e uma das razões dessa baixa é exatamente essa questão do desequilíbrio da tributação. Obviamente, as outras razões são a formação educacional da população, a educação e a cultura de uma maneira geral. É estrutural a questão a que se refere aqui neste momento, de se ter uma nova visão da produtividade do País com uma tributação mais correta, mais bem-feita estruturalmente. Então, desejo a todos que tenhamos otimismo, força de vontade, fé e que sigamos em frente, porque o Brasil está melhorando e vai continuar a melhorar.

“Sempre discutimos e questionamos muito por que o Brasil é um país com uma produtividade tão baixa, e uma das razões dessa baixa é exatamente essa questão do desequilíbrio da tributação”



FENAVIST PEDE AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL QUE INVESTIGUE CONTRATAÇÕES FEITAS PELO CARREFOUR

Em documento enviado ao MPF, Federação aponta problemas na conduta e contratação ilegal de vigilantes

Diante dos diversos casos de discriminação noticiados pela imprensa nos últimos anos praticados por profissionais das empresas de segurança contratadas pelo grupo Carrefour, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) ingressou, no último dia 10 de maio, com representação no Ministério Público Federal (MPF) requerendo a abertura de investigação contra o supermercado e as empresas de segurança Vector e Cordialle. No documento, a Fenavist exige mudanças na contratação dos profissionais de vigilância, que deve ocorrer com respeito aos requisitos específicos necessários para a aptidão ao exercício da atividade.

Na representação, o Jurídico da Federação ressalta que os casos de racismo têm sido recorrentes, inclusive com atos de violência praticados pelos representados, o que acarreta danos a todos os consumidores e à sociedade em geral, que é afetada direta ou indiretamente pela situação, quando há oferta e prestação de serviço de forma inadequada.

Devido à reincidência, o documento afirma que fica evidente que os profissionais contratados para exercerem a segurança são despreparados e não têm ciência da importância do correto trato das situações, ensejando a prática de parâmetros discriminatórios baseados na raça, cujas consequências são nefastas para o segmento. É o chamado racismo institucional. A ideia da existência de um racismo institucional desloca o debate para o funcionamento e a organização das entidades públicas e privadas, reconhecendo que, por trás das decisões institucionais, estão pessoas, as quais reproduzem o modelo racial equivocadamente enraizado na sociedade.

A Fenavist destaca ainda que as empresas Vector e Cordialle continuam irregulares perante as regras exigidas pelo Departamento de Polícia Federal e, para além das condutas que não condizem com as



atividades de vigilância, os empregados contratados por elas não preenchem os requisitos mínimos necessários para exercer a atividade. A conduta não é a adequada ao interesse público, pois somente profissionais com regular treinamento e contínuo aperfeiçoamento e reciclagem dos conhecimentos são capazes de ofertar o mais ideal conceito de vigilância patrimonial aos supermercados, visando à proteção não só do patrimônio, como também de todo o corpo de funcionários e clientes.

Nesse sentido, a representação protocolada relata os diversos casos de violência contra vidas negras perpetrados no interior de grandes lojas no Brasil, solicitando urgência na tomada de providências para que haja não somente a responsabilização efetiva das empresas, que perpetuam uma ação de violência contra a população negra brasileira, mas também a fiscalização das contratações dos profissionais de vigilância patrimonial que prestam serviços nas dependências do Carrefour.

A representação nº 1.16.000.001683/2023/00, do MPF, é assinada pelo escritório Costa Couto Advogados, do advogado Juliano Costa Couto, consultor jurídico da Federação e ex-presidente da OAB/DF.

O que a política tem a ver com segurança privada?



Caio Cardoso de Moraes
Cientista político

É impossível pensar sobre segurança na atualidade sem considerar o setor de segurança privada. O crescimento desse setor nas últimas décadas é uma realidade global. Em muitos países do mundo, o número de profissionais de segurança privada supera o número de profissionais de segurança pública. A importância que esse segmento tem assumido nas sociedades contemporâneas é considerada por muitos especialistas como uma verdadeira revolução no âmbito da segurança. No Brasil e em outros países da América Latina não poderia ser diferente.

Ao assumir cada vez mais centralidade no provimento de segurança para os cidadãos, a segurança privada impõe uma responsabilidade aos estados: regulação. Os estados precisam garantir um ambiente regulatório que incentive a atuação de empresas e profissionais alinhados com o interesse público e comprometidos com a qualidade de seus serviços e que, ao mesmo tempo, preservem os direitos de seus cidadãos.

A formulação de uma política regulatória deve contar com a participação dos atores afetados e/ou interessados pela regulação, de modo que todos possam se manifestar e contribuir para o resultado final. No caso da segurança privada, os tomadores de decisão podem contar com um importante aliado nesse processo de formulação: o próprio setor de segurança privada. Ao contrário de outros setores econômicos que se queixam de excesso de regulação por parte do Estado, em muitos países, o setor de segurança privada vem reivindicando regulações cada vez mais exigentes. Isso porque um dos principais problemas enfrentados pelo setor, princi-

palmente na América Latina, é a informalidade e a clandestinidade.

Empresas e profissionais clandestinos operam com preços desleais e oferecem serviços de baixa qualidade, e isso pode afetar a imagem de todo o setor de segurança privada, inclusive o setor formal. Por essa razão, entidades representativas empresariais e laborais do segmento vêm defendendo políticas regulatórias mais exigentes para empresas e profissionais da área, além do aumento dos instrumentos de fiscalização para o combate da clandestinidade. Portanto, do ponto de vista mais amplo, os interesses do setor de segurança privada estão alinhados com os interesses dos órgãos reguladores e do interesse público de modo geral. Todos defendem regras mais exigentes para empresas e profissionais atuarem no ramo da segurança, com maior poder fiscalizatório dos órgãos de controle e combate à clandestinidade. O resultado esperado é melhor qualidade nos serviços de segurança oferecidos à população e mais legitimidade da segurança privada perante a sociedade.

Aprovar uma nova política regulatória, no entanto, não é tarefa fácil. Primeiro é preciso construir uma proposta ampla e coerente que considere a diversidade de ideias e interesses de diversos segmentos da segurança privada, dos órgãos reguladores, tomadores de serviços, além de outros segmentos da sociedade civil organizada interessados pela política regulatória. Quanto maior o número de atores e ideias, mais difícil construir uma proposta coesa. Uma vez construída uma proposta coesa de política regulatória, é preciso competir pela atenção dos tomadores

de decisão. Com uma infinidade de problemas públicos suplicando por soluções, colocar um tema na agenda governamental também é uma tarefa árdua. Após chamar a atenção dos tomadores de decisão, ainda é preciso aprovar a proposta, geralmente, por meio de votação majoritária em diversas arenas decisórias.

Todas as etapas desse árduo processo têm uma coisa em comum: a política! Para o bem ou para o mal, “fora da política não há salvação”. A regulação da segurança privada é uma questão essencialmente política, assim como sua solução. A boa notícia é que podemos aprender com as experiências de outros países para solucionarmos nossos desafios. Vejamos.

Desde o início dos anos 2000 vem-se discutindo a necessidade de atualizar a regulação da segurança privada no Brasil pelo Estatuto da Segurança Privada. Em 2016, a proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados, porém ainda aguarda votação no Senado Federal. Na Argentina, entidades representativas da segurança privada também vêm defendendo a atualização da política regulatória do setor. Além dos problemas da informalidade e clandestinidade, uma das principais demandas é a aprovação de uma lei com amplitude nacional, uma vez que a regulação atual é descentralizada e cada província conta com uma política regulatória própria, o que aumenta os custos burocráticos e dificulta a prestação de serviços em todo o território nacional. O México também passa por uma situação parecida. Entidades representativas da segurança privada no país vêm reivindicando alterações na política que regulamenta atualmente o setor. Outros casos interessantes são o Paraguai, que conseguiu aprovar uma nova regulação para o segmento em 2015 (Lei nº 5.424/2015); o Uruguai, que aprovou uma mudança regulatória em 2018 (Lei nº 19.721/2018); e Portugal, que alterou a política regulatória em 2019 (Lei nº 46/2019).

A comparação sistemática pode revelar as semelhanças e diferenças entre os casos, a identificação de padrões e tendências nos resultados de interesse, além de fornecer insights valiosos para o cálculo estratégico e as tomadas de decisão. Não é por acaso que a comparação é um dos principais métodos da análise política. É possível aprender com a experiência alheia e melhorar os resultados específicos.

Nessa interface de política e segurança privada, destaco três pontos importantes:

i) importância das relações institucionais e governamentais (RIG): a colaboração e o diálogo contínuo entre as entidades representativas da segurança privada, agências governamentais e órgãos reguladores são fundamentais para a formulação de políticas regulatórias que beneficiem tanto a sociedade quanto o próprio setor de segurança privada;

ii) importância das pesquisas acadêmicas: as pesquisas acadêmicas desempenham um papel fundamental na compreensão aprofundada das questões de segurança privada e sua interação com a política e a sociedade. Por meio de estudos empíricos, análises de dados e investigações teóricas, os acadêmicos podem fornecer insights valiosos sobre as implicações políticas, sociais e econômicas da segurança privada. As pesquisas acadêmicas também podem ajudar a identificar tendências, desafios emergentes e possíveis soluções;

iii) produção e publicização de dados: a disponibilidade de dados confiáveis sobre o porte do setor, suas práticas, tendências e impactos na sociedade contribuem para a prestação de contas e promoção da confiança pública no setor de segurança privada.

No Brasil, dispomos de uma ampla gama de dados acessíveis relativos ao setor de segurança privada, notadamente devido aos incansáveis esforços da Fenavist e da Polícia Federal. Infelizmente, essa realidade não é compartilhada pela maioria dos países latino-americanos. A ausência de informações consistentes e de dados confiáveis sobre a segurança privada na América Latina é tão característica da segurança privada na região quanto a clandestinidade. A cooperação entre pesquisadores acadêmicos, entidades representativas, órgão reguladores e entidades internacionais, como a World Security Federation (WSF), é fundamental para superarmos essa lacuna. Se a comparação é uma ferramenta poderosa, que o caso brasileiro sirva de inspiração para outros países no que diz respeito à transparência e à disponibilidade de dados.



SEGURANÇA PRIVADA PERDEU CERCA DE 100 MIL POSTOS DE TRABALHO EM SEIS ANOS

Anuário Brasileiro da Segurança Pública mostra que número de empresas do setor se manteve estável no período

Principal parceira da segurança pública, responsável por garantir a proteção da população em escolas, hospitais, órgãos públicos, shoppings, e eventos de grande porte, como shows e jogos de futebol, por exemplo, a segurança privada tem apresentado números negativos ou, quando muito, estáveis. Dados da Polícia Federal, que fazem parte do Anuário Brasileiro da Segurança Pública lançado na última semana, mostram que, entre 2017 e 2023, houve uma queda de 99.433 no número de vigilantes empregados no Brasil, uma redução de cerca de 17% no período. Em 2017, 584.506 profissionais atuavam nas empresas de segurança privada. No primeiro semestre deste ano, o efetivo chegou a 485.073. Em relação a 2022, a queda foi 2,2%, totalizando uma perda de 10.916 postos de trabalho.

Nos últimos seis anos também não houve crescimento do número de empresas autorizadas pela Polícia Federal a funcionar no País. Em 2017, o setor contava com 4.801 empresas. Em junho deste ano, eram 4.804. De acordo com a PF, existem hoje 2.963 empresas especializadas na prestação do serviço de segurança e outras 1.841 empresas orgânicas, ou seja, aquelas que podem, com autorização da Polícia Federal, executar a própria segurança.

É preciso destacar que, em 2021, ainda no ápice da pandemia, o total chegou a 3.625. No período, devido à crise sanitária, muitos prazos, como o exigido para renovar a autorização de funcionamento, foram estendidos, o que pode ter gerado alguma discrepância em relação aos dados de outros anos.

“Os dados demonstram que a segurança privada está diretamente atrelada aos resultados da economia e não ao aumento da violência e da criminalidade. A economia do Brasil vem de uma sequência de anos muito desfavoráveis, e isso se reflete, infelizmente, na nossa atividade. E os dados não são piores pelos esforços de todos os empresários, que se reinventaram durante a pandemia”, afirma o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário.

O Anuário Brasileiro da Segurança Pública aponta ainda que, apesar de não ser possível fazer a estimativa de 2022 por falta de acesso aos dados atualizados do IBGE, a consultoria econômica da Fenavist estimou, em 2021, um faturamento da ordem de R\$ 36,3 bilhões, bem próximo ao que tem sido registrado desde 2018. O valor inclui não apenas lucro, mas também todas as despesas e o pagamento de impostos.

Cursos de Formação

O estudo indica um aumento de 9% no número de cursos de formação e aperfeiçoamento de vigilantes autorizados pela Polícia Federal. Passou de 300, em maio de 2022, para 328, em março deste ano, segundo a Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV). No entanto, o número de profissionais aptos a desempenhar a função caiu. No ano passado, 787.914 pessoas estavam com o curso de formação ou reciclagem exigidos pela PF em dia. Em 2023, são 775.640. Esse número já foi superior a um milhão em anos anteriores.

Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes
Brasil, Regiões e Unidades da Federação - 2022-2023 ⁽¹⁾

Brasil, Regiões e UFs	Número de Escolas		Vigilantes com cursos ativos ⁽²⁾		Vigilantes com cursos vencidos		Vigilantes com cursos afastados	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Brasil	300	328	787.914	775.640	2.320.522	2.395.523	36.771	41.558

Perfil dos Vigilantes

Dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego e que fazem parte do anuário apontam que 87,6% dos trabalhadores do setor são homens. As mulheres representam 12,4%. Quase 70% dos profissionais têm entre 30 e 49 anos. Além disso, 76% dos profissionais possuem o ensino médio completo.

A grande maioria dos vigilantes, 464.060, está empregada nas empresas especializadas. O restante, 21.013, nas empresas orgânicas.

Quantidade de vigilantes com vínculos ativos
Brasil e Regiões - 2021-2023 ⁽¹⁾

Brasil e Regiões	Vigilantes								
	2021			2022			2023		
	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total	Especializadas	Orgânicas	Total
Brasil	502.318	23.790	526.108	471.116	24.873	495.989	464.060	21.013	485.073
Região Norte	34.068	1.119	35.187	33.468	1.262	34.730	35.921	1.105	37.026
Região Nordeste	98.802	5.362	104.164	98.136	5.967	104.103	98.377	5.026	103.403
Região Sul	75.633	3.019	78.652	67.559	3.074	70.633	67.754	2.685	70.439
Região Sudeste	243.633	12.392	256.025	222.451	12.694	235.145	213.946	10.575	224.521
Região Centro-Oeste	50.182	1.898	52.080	49.502	1.876	51.378	48.062	1.622	49.684

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Para os anos de 2021 e 2022, os dados correspondem ao mês de março de cada ano. A posição dos dados para 2023 se refere ao mês de junho.

Veículos Segurança Privada

Desde 2021, o número de veículos utilizados pelas empresas de segurança privada continua praticamente estagnado. Passou de 16.004 para 16.042, em maio deste ano. A maior parte é de carros-fortes, que totaliza 4.549. Em seguida, estão os veículos utilizados na escolta armada, 3.569. Existem ainda 959 veículos leves utilizados no transporte de valores e outros 6.965 nas mais diversas atividades das empresas.

Veículos registrados pelas empresas de segurança privada, por tipo de veículo
Brasil - 2022-2023 ⁽¹⁾

Tipo	Veículos	
	2022	2023
Escolta Armada	3.543	3.569
Carros fortes	4.574	4.549
Carro Leve de Transporte de Valores	980	959
Outros	6.927	6.965
Total	16.023	16.042

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Dados de 2023 são referentes ao mês de maio.

Quantidade de estabelecimentos, por tipo Brasil - 2015-2023⁽¹⁾

Tipo	Quantidade de estabelecimentos								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total	2.553	2.561	4.801	4.753	4.681	4.618	3.625	4.694	4.804
Especializadas	2.553	2.561	2.627	2.694	2.664	2.680	2.471	2.840	2.963
Orgânicas	---	---	2.174	2.059	2.017	1.938	1.154	1.854	1.841

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Informação não disponível.

(1) Os dados de 2022 são referentes ao mês de abril, os dados de 2023 são referentes ao mês de junho.

Retomada

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, explica que a mudança do atual cenário passa necessariamente pelo Congresso Nacional. “Temos algumas matérias importantes tramitando no Senado. O Estatuto da Segurança Privada aguarda a última votação pelo plenário da Casa há quase sete anos. O texto moderniza a Lei nº 7.102/1983, que regulamenta a atividade e completou 40 anos recentemente. Hoje, mesmo com as atualizações feitas por portaria e decretos, somos obrigados a trabalhar com uma legislação que não acompanhou a evolução e modernização da segurança privada no Brasil e no mundo, com todas as inovações tecnológicas inseridas na segurança eletrônica. Inclusive, o texto atual impede a fiscalização mais efetiva da Polícia Federal, que se ressentem da falta de legislação para criminalizar a segurança clandestina, que deve ser combatida de maneira mais severa e efetiva”, argumenta.

Nazário afirma ainda que a nova legislação trará mais segurança jurídica para as empresas devidamente legalizadas no País e abrirá caminho para a

geração de milhares de novos empregos e consequente geração de renda.

Outra preocupação, segundo ele, é a reforma tributária, que se tornou central há poucos dias. O presidente da Fenavist concorda que é necessário reestruturar a cadeia tributária do País. No entanto, alerta para os riscos do texto aprovado na Câmara dos Deputados e defende que os senadores façam mudanças.

“O texto aprovado pelos deputados é prejudicial ao setor de prestação de serviços. O setor de segurança privada e todos os setores com preponderância na mão de obra estarão fadados ao aumento de carga tributária. Haverá impacto no preço do serviço, o que fatalmente afugentará o contratante. Além disso, um dos grandes tomadores de serviço de segurança privada é a administração pública que, em caso de alta no preço, será impactada diretamente”, explica Nazário.

Confira a íntegra dos dados: <https://fenavist.org.br/wp-content/uploads/2023/07/ANUARIO-SEGURANCA-PUBLICA-2023--PARTE-4-SEGURANCA-PRIVADA.pdf>



SINDESP-PR INVESTE EM CAPACITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA FORTALECER O SETOR

O investimento em capacitação e o foco em parcerias têm estado entre as prioridades do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR). No primeiro semestre de 2023, a entidade realizou diversos eventos visando contribuir com a qualificação de empresários, colaboradores e outros profissionais que tenham atuação no ramo da segurança privada. Entre os destaques da programação, houve as palestras Escola Segura e a voltada para pregoeiros, com esclarecimentos para licitações na área de segurança privada.

Diante da comoção nacional devido aos ataques a escolas no Brasil e da urgência de se tratar do tema, em maio o Sindesp-PR promoveu a palestra Escola Segura, em parceria com a S. Porcides Consultoria e Treinamentos em Segurança. O objetivo foi contribuir para o melhor treinamento de profissionais da segurança e da educação. Durante o evento, abordou-se o conceito de segurança escolar, com a reflexão sobre quem são os agressores e quais suas motivações. Também houve orientações sobre o modo de agir antes, durante e depois de uma ocorrência desse tipo.

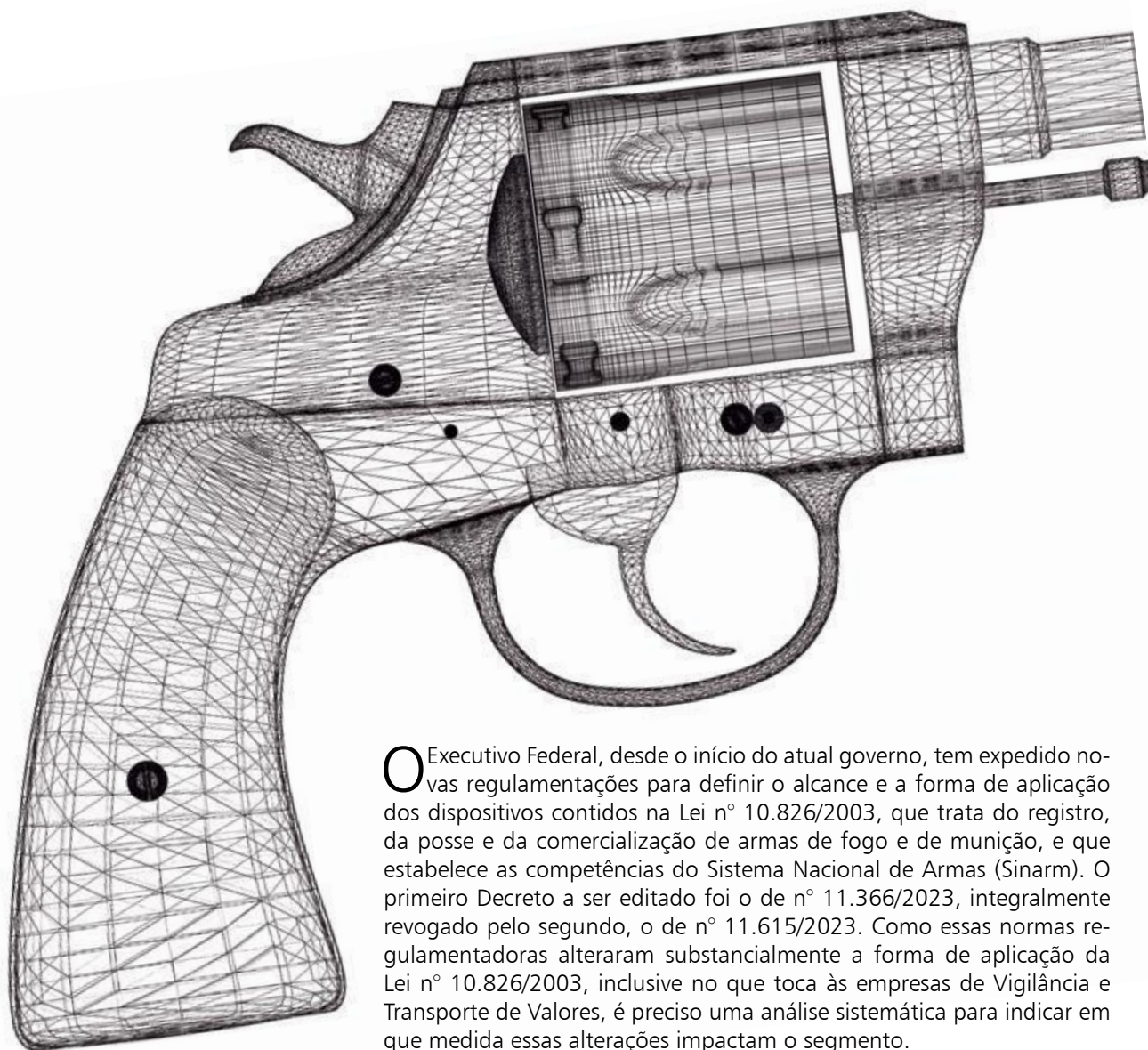
A palestra sobre licitações teve como público-alvo os pregoeiros de todos os municípios paranaenses. O objetivo do evento foi promover a conscientização para que os editais de contratação de empresas de segurança privada sejam feitos corretamente. Constataram da pauta tópicos como a importância da exigência de documentação adequada e o uso de termos corretos. Houve, por exemplo, explicações sobre a diferença do significado das palavras vigilante, vigia e porteiro. Com a adoção das exigências e do vocabulário correto, a tendência é que as impugnações dos processos de contratação diminuam.

O sindicato também tem desenvolvido um trabalho de elaboração de planilhas de custo mínimo, com o apoio do consultor econômico da entidade, Wilson Trevisan. Esses documentos são homologados no Ministério do Trabalho e servem para que os contratantes tenham uma base de todos os custos da execução dos serviços de segurança privada. A medida visa evitar o lançamento de editais com valores inexequíveis.

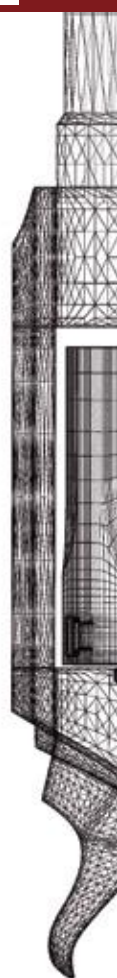
Os ‘novos’ Decretos das ‘armas’ não incidem sobre a atividade de vigilância privada



Éder Machado Leite
Advogado, Mestre em Direito e
sócio do escritório Costa Couto
Advogados Associados



O Executivo Federal, desde o início do atual governo, tem expedido novas regulamentações para definir o alcance e a forma de aplicação dos dispositivos contidos na Lei nº 10.826/2003, que trata do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e de munição, e que estabelece as competências do Sistema Nacional de Armas (Sinarm). O primeiro Decreto a ser editado foi o de nº 11.366/2023, integralmente revogado pelo segundo, o de nº 11.615/2023. Como essas normas regulamentadoras alteraram substancialmente a forma de aplicação da Lei nº 10.826/2003, inclusive no que toca às empresas de Vigilância e Transporte de Valores, é preciso uma análise sistemática para indicar em que medida essas alterações impactam o segmento.



O ponto de relevância do artigo está na vinculação íntima que há entre as regras para aquisição e porte de armas de fogo com a atividade desempenhada pelas empresas de Vigilância e Transporte de Valores. Como foram substancialmente alterados os conceitos de armas de uso permitido, restrito e proibido, houve uma grande preocupação com o impacto das novas restrições à atividade de vigilância e transporte de valores, especificamente no que diz respeito a uma suposta alteração do armamento autorizado aos vigilantes em serviço.

A celeuma decorreu, em grande medida, da vinculação do conceito de arma de uso permitido à potência alcançada pelo projétil da arma de fogo (até 407 joules)¹. Com base nessa vinculação, passou-se a questionar se os revólveres calibre 38 teriam passado à categoria de arma de fogo de uso restrito, uma vez que, com o uso de munição 38 SPL Projétil EXPO +P+, o armamento atingiria potência superior ao limite, 585 joules². Com isso, passou-se a questionar se os vigilantes não mais poderiam portá-los em serviço.

Em virtude disso, as principais questões que precisam de solução neste artigo são:

- **Qual a repercussão da classificação dos tipos de arma para as atividades desempenhadas pelas empresas?**
- **Qual a repercussão da classificação das armas sobre a aquisição de arsenal pelas empresas de vigilância?**
- **A classificação da arma é feita com base na potência obtida com munições especiais?**

Tendo em vista o histórico de sucessivas alterações das normas que regulamentam a Lei nº 10.826/2003, é preciso estabelecer premissas jurídicas iniciais para compreender a aplicação das leis, lato sensu, no tempo. Essas premissas estão contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, especialmente nos artigos 2º e 6º.

¹Artigo 11, inciso I, do Decreto nº 11.615/2023.

²Vide <https://www.cbc.com.br/produtos/38-spl-expo-p-125gr/> e <https://www.cbc.com.br/produtos/38-spl-chog-158gr/>

Segundo esses dispositivos, toda lei vigorará até que outra a modifique ou a revogue. Nesse sentido, a norma posterior revoga a norma anterior de mesma hierarquia, sempre que esta for incompatível com aquela ou que a nova norma regule inteiramente a matéria tratada na norma anterior. Essas revogações podem, então, ser expressas ou tácitas. A expressa ocorre quando a nova norma indica, em dispositivo específico, que a anterior é revogada pela norma atual. A tácita ocorre quando se verifica que: a) a nova norma apresenta dispositivos incompatíveis com os contidos na norma anterior e/ou b) a nova norma regula inteiramente a matéria tratada pela norma anterior.

Acontece que, na prática, não é raro observar a coexistência de normas que tratam de um único fato sociojurídico, mas com dispositivos que se complementam entre si. Nessas situações, as novas normas ou não regulam inteiramente a questão, ou não são incompatíveis com a norma anterior, ou possuem disposições gerais e específicas em normas distintas.

Em qualquer dos casos, a norma revogada perde sua vigência e não é restaurada pela revogação da norma revogadora. Desta feita, trazendo a questão técnica para a análise dos Decretos nº 11.366 e nº 11.615/2023, o último decreto revogou integralmente o anterior, dado que ele disciplina integralmente a questão e, além disso, possui disposições incompatíveis com os dispositivos anteriores.

Essa revogação, porém, atinge apenas as disposições contidas no Decreto nº 11.366/2023, uma vez que o decreto que regulamenta uma lei possui hierarquia inferior. Por essa razão, conquanto o decreto indique a forma de aplicação da Lei nº 10.826/2003, não é possível que ele revogue dispositivos contidos nesta ou em qualquer outra lei aprovada pelo Legislativo. Em suma, um decreto que regulamenta leis não tem força para alterar nem mesmo revogar dispositivos contidos nas leis, considerado ele o próprio limite para a matéria regulamentável.

Destarte, o Decreto nº 11.615/2023 passou a regulamentar integralmente a Lei nº 10.826/2003 sem que se tenha implementado qualquer tipo de alteração em seu conteúdo normativo. Da mesma forma, nem esse decreto nem a Lei nº 10.826/2003 implicam alteração das disposições contidas na Lei nº 7.102/1983, uma vez que, a teor do disposto no artigo 2º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do



Direito Brasileiro, “a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”.

Com efeito, é preciso ter como premissas jurídicas que: a) a Lei nº 7.102/1983, por ser uma lei especial, não foi modificada pela Lei nº 10.826/2003; b) os decretos editados para regulamentar dispositivos contidos na Lei nº 10.826/2003 não alteram nem revogam os dispositivos nela contidos, apenas os regulamentam; c) os decretos editados para regulamentar os dispositivos contidos na Lei nº 10.826/2003 não alteram nem revogam os dispositivos contidos na Lei nº 7.102/2003.

Estabelecidas as premissas, fica fácil perceber que a alteração dos conceitos de armas de uso permitido, de uso restrito e de uso proibido não alteram as permissões contidas na Lei nº 7.102/2003. Ainda que o Decreto nº 11.615/2023 tenha estabelecido que são de uso restrito as “armas de fogo de porte, cuja munição comum tenha, na saída do cano de prova, energia superior a 300 libras-pé ou 407 joules”, esse conceito não interfere na autorização contida no artigo 22 da Lei nº 7.102/1983, clara em autorizar que os vigilantes em serviço portem revólver calibre 32 ou 38, bem como espingardas de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Além disso, os dispositivos contidos no Decreto nº 11.615/2023 não trazem, em seus conceitos, indicação quanto às eventuais restrições ao porte de arma de fogo pelos vigilantes em serviço. Logo, o silêncio quanto às restrições implica a conclusão de que a alteração dos conceitos de uso do armamento não estabelece proibição. Em verdade, o silêncio deve ser interpretado como permissão, uma vez que, pelo princípio da legalidade, é permitida toda e qualquer ação não expressamente proibida por lei (artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal).

Com efeito, o porte de arma de fogo pelos vigilantes deve ter como fundamento as disposições contidas na Lei nº 7.102/1983, que regulamentam a atividade de Vigilância Patrimonial e expressamente autorizam o uso de revólver calibre 32 ou 38, bem como espingardas de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Com base nessa conclusão, pode-se dizer, também, que a alteração do conceito de arma de uso permitido, restrito ou proibido não enseja qualquer obs-

táculo à aquisição de revólver calibre 32 ou 38, nem de espingardas calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Mesmo que o artigo 19 do Decreto nº 11.615/2023 diga que as empresas de segurança privada poderão adquirir armas de fogo que se enquadrem no conceito de uso permitido, ele não pode impedir a aquisição das armas cujo porte é autorizado pela Lei nº 7.102/1983. Afinal, impedir a aquisição das armas de porte autorizado em serviço pelo vigilante representaria obstáculo ao livre exercício de atividade econômica devidamente regulamentada em lei. Portanto, ao fim e ao cabo, esse artigo 19 altera a possibilidade de comércio de armas de fogo para outros fins que não os previstos na Lei nº 7.102/1983.

Ainda que assim não fosse, é preciso considerar que as normas não possuem expressões inúteis e que há no conceito de arma de uso permitido uma indicação clara que vincula a medição da potência do armamento. Segundo o artigo 11, inciso I, do Decreto nº 11.615/2023, são de uso permitido “armas de fogo de porte, de repetição ou semiautomáticas, cuja munição comum tenha, na saída do cano de prova, energia de até 300 libras-pé ou 407 joules”.

Ora, se o conceito exige que a potência seja a obtida com o uso de munição comum, não se pode vincular a categoria do revólver 38 à potência obtida com o uso de munição especial. Na pior das hipóteses, o que passa a ser de uso restrito é a munição especial que eleva a potência desse armamento para 585 joules.

Por conclusão, em respostas aos questionamentos iniciais que nortearam este artigo, pode-se afirmar que: a) a alteração na classificação dos tipos de arma de fogo não atinge as empresas de vigilância em suas atividades, tampouco impede que seus funcionários portem, em serviço, tanto revólveres 38, quanto revólveres 32 e espingardas calibre 12, 16 ou 20, estas de fabricação nacional; b) a alteração também não repercute no direito de as empresas adquirirem arsenal para desenvolvimento de suas atividades; c) a classificação da arma deve ser feita com base na potência obtida com munições comuns, o que pode, na pior das hipóteses, representar restrição à aquisição de munições especiais.

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional 2024

Os interessados têm entre o dia 1º de setembro de 2023 até 12 de janeiro de 2024 para se registrar

Manter uma empresa ativa no Brasil é um desafio diário. Burocracia, alta carga tributária e insegurança jurídica são apenas alguns dos desafios enfrentados. E, nos últimos anos, a situação foi agravada com os efeitos da pandemia de covid-19. Em um cenário como esse, reconhecer e homenagear as empresas “sobreviventes” e as pessoas que se dedicam a desenvolver o segmento de segurança privada se torna ainda mais importante.

É justamente esse reconhecimento que a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) lançou no último dia 25 de agosto, durante o Encontro das Empresas de Segurança Privada da Região Sudeste, no Rio de Janeiro, a edição de 2024 do “Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional”.

As inscrições foram abertas no dia 1º de setembro e serão encerradas em 12 de janeiro de 2024.

Para participar, as empresas devem cumprir vários requisitos, como ter mantido o mesmo CNPJ caracterizado pela existência ininterrupta de pelo menos um sócio em comum no período, respeitados os casos de incorporação, cisão, herança ou qualquer forma de sucessão legal, devidamente reconhecido pelo Conselho Gestor da Fenavist, além de estar regular perante a Polícia Federal. No caso dos agraciados com o prêmio de Benemérito Estadual ou Nacional, as indicações são feitas pelos sindicatos e pela diretoria da Federação.

Categorias

Para a edição de 2024, as empresas poderão se inscrever nas seguintes categorias: Diamante Rubi (50 anos ou mais de atividade); Diamante Ouro (40 a 49 anos de atividade); Diamante (30 a 39 anos de atividade); Platina (25 a 29 anos de atividade); Ouro (20 a 24 anos de atividade); Prata (15 a 19 anos de atividade); Bronze (10 a 14 anos de atividade); e Cristal (5 a 9 anos de atividade).

O Prêmio Benemérito Nacional é concedido a personalidades que, nacionalmente, tenham prestado à categoria econômica representada pela Fenavist relevantes e destacados serviços no segmento ou trabalho na consolidação de ideias democráticas e no crescimento e expansão do setor, nas categorias: Representante Empresarial, Representante Setor Regulador, Representante Parlamentar; Representante Entidade de Classe; Representante Profissional Liberal; Representante da Imprensa.

Por sua vez, o Prêmio Benemérito Estadual é destinado a autoridades federais, estaduais, municipais, parlamentares, pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham incentivado e prestigiado, por qualquer meio, as atividades econômicas de segurança privada nas unidades da federação.

Para mais informações e inscrições, acesse www.fenavist.org.br.



**Prêmio Mérito e Benemérito da
Segurança Privada Nacional**

2024

Informação SEGURA

CLIPPING JURÍDICO DA FENAVIST*



EMPRESA INTEGRANTE DE GRUPO ECONÔMICO QUE NÃO PARTICIPOU DO PROCESSO DE CONHECIMENTO – (IM)POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO NO POLO PASSIVO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

De acordo com decisão em Recurso Extraordinário 1.387.795-MG, o ministro DIAS TOFFOLI, em decisão monocrática de maio de 2023, determinou a suspensão nacional do processamento de todas as execuções trabalhistas que versem sobre a questão controvertida do Tema nº 1.232 da Gestão por Temas da Repercussão Geral, até o julgamento definitivo desse recurso extraordinário. Esse tema versa sobre a possibilidade de inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante de grupo econômico que não participou do processo de conhecimento.

Assim, os magistrados têm aplicado, para as causas que tratam do reconhecimento de grupo econômico e da desconsideração inversa da personalidade jurídica, a suspensão das execuções até julgamento definitivo do recurso extraordinário STF 1.387.795-MG.

Esse debate é de interesse da Fenavist e de seus representados, tendo em vista que, comumente, as empresas de vigilância atuam em grupos econômicos com as demais empresas de prestação de serviços, tais como asseio e conservação e facilities.

EMPREGADA GESTANTE – RECUSA À REINTEGRAÇÃO – PERDA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região negou pedido de conversão da estabilidade provisória em indenização de gestante que não quis retornar ao emprego. A funcionária foi demitida enquanto estava grávida e a empresa, ao ter ciência do fato, informou que iria reintegrá-la a suas funções, o que foi recusado por ela.

De acordo com a desembargadora relatora, Mércia Tomazinho, a proteção ao nascituro significa o pagamento de salário para a empregada para que ela possa se alimentar adequadamente no período de gestação, providenciar o enxoval para a criança, em suma, ter condições para um parto saudável, mas não passaporte para a indenização em flagrante abuso de direito. Em suma, a relatora entendeu que a busca pela vantagem pecuniária livre da prestação de serviço afronta o princípio da boa-fé, de aplicação em todos os atos da vida civil.

LEI Nº 14.611/2023 – LEI DE IGUALDADE SALARIAL E DE CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE MULHERES E HOMENS

A Lei nº 14.611/2023, publicada em 03/07/2023, dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A legislação acrescenta disposições ao art. 461 da CLT, o qual trata da equiparação salarial entre empregados com idêntica função, que exercem trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Portanto, a lei apena de forma mais gravosa a empresa que tiver em seu quadro salarial diferença por motivos de discriminação, tornando expressa a possibilidade de pagamento de indenização por danos morais ao empregado discriminado.

Aliado a isso, a lei prevê o pagamento de multa em favor do colaborador discriminado, no importe de dez vezes o valor do novo salário devido pelo empregador, elevada ao dobro, em caso de reincidência, bem como determina que as pessoas jurídicas de direito privado com 100 ou mais empregados devem publicar semestralmente relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios.

Frisa-se que a lei tem o claro intuito de proteção da igualdade entre os salários e não da remuneração. A limitação é, justamente, permitir a igualdade apenas em relação ao valor base percebido pelos empregados, evitando-se o pleito de equiparação salarial com a inclusão de verbas personalíssimas de cada contrato.

EMPRESA DE VIGILÂNCIA É CONDENADA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS EM DECORRÊNCIA DE ASSÉDIO SEXUAL A EMPREGADAS

O TRT da 9ª Região condenou uma empresa de vigilância do Paraná ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em razão de assédio sexual praticado por um superior hierárquico a duas vigilantes. As vigilantes disseram que comunicaram os assédios ao Help Line, serviço de reclamação disponibilizado pela empresa, mas nada aconteceu, uma vez que a denúncia interna foi considerada improcedente.

Diante dos fatos, o MPT ajuizou ação civil pública no TRT da 9ª Região com pedido de dano moral

coletivo. Também expediu uma recomendação à empresa para instituir uma ordem de serviço a respeito de assédio sexual e estabelecer um mecanismo de recebimento de denúncias e investigações de assédio, por meio de sua ouvidoria.

Ao julgar o caso, o TRT condenou a empresa ao pagamento de R\$ 150 mil de indenização por dano moral coletivo, fundado na omissão na tomada de medidas apropriadas, preventivas ou posteriores aos fatos, para evitar a situação vexatória vivida pelas empregadas. A condenação foi mantida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

PORTARIA DPF Nº 18.045/2023 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSERÇÕES/INOVAÇÕES ORIUNDAS DO NORMATIVO

A Portaria nº 18.045/2023, emitida pela Polícia Federal e publicada no Diário Oficial da União em 26/04/2023, Disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros. O normativo revoga as Portarias DPF nº 3.258 e 3.559, ambas de 2013, e altera a Portaria DPF nº 3.233/2012, que dispõe sobre as normas das atividades de segurança privada.

A primeira consideração acerca das principais inovações trazidas pela norma consiste na redação contida no art. 154, a qual reduziu o prazo de validade da CNV de 5 anos para 2 anos, mantendo válidas as CNVs expedidas anteriormente com prazo maior, até a sua expedição. Mais à frente, o art. 156, inciso II, assegura ao vigilante porte de arma, conforme disposição contida em lei. A antiga redação assegurava ao vigilante o porte de arma, quando em efetivo exercício, o que dava margens a pedidos de porte de arma sem critérios ou distinções.

Na sequência, dispõe o art. 157 que são deveres do vigilante respeitar a diversidade e a dignidade da pessoa humana no exercício de suas funções. Vislumbra-se que na Portaria DPF nº 3.233/2012 não havia menção aos institutos e que certamen-

te essa inclusão decorre das inúmeras ocorrências vinculadas aos temas, as quais foram expostas em mídias e formalmente debatidas pela categoria.

Já o art. 85, inciso V, muito debatido pelo setor, dispõe que as empresas de curso de formação poderão ministrar cursos de formação para profissionais que não estão autorizados por lei a exercer a atividade de segurança privada, a exemplo dos vigias, agentes de portaria, controladores de acesso, agentes de prevenção de perdas, fiscais de piso e brigadistas.

Sobre o tema, esta Consultoria Jurídica entende que o fato de a Portaria permitir às empresas de curso de formação a possibilidade de ministrarem cursos de segurança correlatos, destinados aos vigilantes, aos profissionais que NÃO ESTÃO AUTORIZADOS POR LEI A EXERCEREM ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA, enseja insegurança e enfraquece a categoria da vigilância privada, e é certo que a Fenavist adotará as medidas cabíveis contra essa Portaria.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 403/2023 – ESTADO DO MARANHÃO – CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

A Medida Provisória nº 403, de 3 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial do Maranhão: Altera a Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997, que dispõe sobre contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual.

A diferença em relação ao trabalhador contratado por prazo indeterminado está no fato de que, no contrato por prazo determinado, não se fala em direito ao aviso prévio e à multa de 40% sobre o saldo do FGTS, no caso de rescisão contratual. Sobre o limite temporal, dispõe a MP nº 403/2023 que a contratação dos vigilantes será feita por tempo determinado e improrrogável, observado o prazo máximo de quatro anos.

Além de o prazo insculpido na Medida Provisória ultrapassar o previsto em legislação própria (2 anos), TORNANDO-A ILEGAL, a contratação de vigilantes, auxiliares de serviços gerais e de copeiros, tal qual prevista na MP, comprova a intenção do estado do Maranhão de burlar o princípio do concurso público, motivo pelo qual esta Consultoria Jurídica entende pela ilegalidade das contratações por prazo determinado de vigilantes consoante disposição contida na MP. Isso se baseia no fato de que o provimento de cargos por meio de contratação por tempo determinado no serviço público deve ter previsão em lei estadual e na Constituição Federal.

Entende-se que não é possível a contratação temporária para suprir atividades permanentes com funções de poder de polícia e fiscalizatórias, por se tratar de funções tipicamente estatais, devendo ser realizadas por profissionais de carreira, devidamente aprovados em concurso público.

PORTARIA MTE Nº 2.420, DE 10 DE JULHO DE 2023 – NOVO CAGED

A Portaria MTE nº 2.420, de 10 de julho de 2023, Altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho, especialmente o seu Capítulo XI.

Após análise minuciosa da norma, tem-se que a Portaria em voga (i) acrescenta à Portaria MTP nº 671 o art. 184-F, o qual dispõe que cabe à Subsecretaria de Estatísticas e Estudos de Trabalho da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), a publicação mensal de estatísticas consolidadas com informações sobre as movimentações ocorridas no mercado de trabalho formal, declaradas pelos empregadores no eSocial; (ii) dispõe sobre os procedimentos adotados para a consolidação de dados no Novo CAGED.

Em breves palavras, foi definido que caberá ao Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do PDET, a publicação mensal de estatísticas consolidadas contendo informações sobre as movimentações havidas no mercado de trabalho formal, declaradas pelos empregadores no eSocial.

Essa publicação mensal sairá divulgada pelo sítio eletrônico do PDET, disponível no portal gov.br. A divulgação de estatísticas consolidadas anteriormente ao eSocial, captadas unicamente pelo sistema CAGED, passará a se denominar Novo CAGED.

O objetivo da Portaria, conforme demonstra o seu Anexo, foi esclarecer tecnicamente quais procedimentos e variáveis foram adotados para reduzir o impacto e construir a base de dados “estatística”, a qual passou a ser denominada Novo CAGED, refletindo a nova forma de captação das informações, além de ser possível também verificar um aumento da cobertura das informações declaradas por empregadores sem CNPJ.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – TARIFAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO TRABALHISTA

As ADIs 6.050, 6.069 e 6.082 almejavam a declaração de inconstitucionalidade do art. 223-G, §1º, incisos I, II, III e IV da Consolidação das Leis do Trabalho, sem as modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 808/17. Esse artigo prevê parâmetros para a fixação das indenizações por danos extrapatrimoniais, comumente chamados de danos morais.

Segundo as teses jurídicas apresentadas nas ADIs, o art. 223-G, §1º, incisos I, II, III e IV da Consolidação das Leis do Trabalho deveriam ser considerados inconstitucionais por fixarem limite ao Poder Judiciário na quantificação dos valores devidos a título de indenizações por danos morais advindos das relações de emprego.

EQUALIZANDO AS QUESTÕES JURÍDICAS, O E. STF JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO, DE MODO QUE SE ESTABELEÇA QUE: 1) AS REDAÇÕES CONFERIDAS AOS ARTS. 223-A E 223-B, DA CLT, NÃO EXLUEM O DIREITO À REPARAÇÃO POR DANO MORAL INDIRETO OU DANO EM RICOCHETE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, A SER APRECIADO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO CIVIL; 2) OS CRITÉRIOS DE QUANTIFICAÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL PREVISTOS NO ART. 223-G, CAPUT E § 1º, DA CLT, DEVERÃO SER OBSERVADOS PELO JULGADOR COMO CRITÉRIOS ORIENTATIVOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL. É CONSTITUCIONAL, PORÉM, O ARBITRAMENTO JUDICIAL DO DANO EM VALORES SUPERIORES AOS LIMITES MÁXIMOS DISPOSTOS NOS INCISOS I A IV DO § 1º DO ART. 223-G, QUANDO CONSIDERADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO E OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA IGUALDADE.

Pelo que ficou decidido, as normas são constitucionais, mas devem ser interpretadas de modo que se garanta que, em determinados casos, o valor arbitrado possa ser maior que o teto estabelecido pela norma, desde que apresentadas razões e circunstâncias do caso concreto que justifiquem essa quantificação. Assim sendo, para fugir da tarifação, o magistrado deverá apresentar fundamentos jurídicos aplicados ao plano fático da causa para justificar a extrapolação do limite apresentado pela norma. Na prática, exige-se do magistrado, em nome da segurança jurídica, um esforço argumentativo mais amplo para justificar decisões que determinem pagamento de indenizações além do teto criado pela norma que reformou a CLT. A Fenavist participou do processo como amicus curiae, tendo proferido defesa oral quando do julgamento por meio de seu consultor jurídico, Dr. Juliano Costa Couto.

***CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Gabriela Branco e Juliano Costa Couto.**



Joseph Madeira

Uma trajetória
inspiradora



Nascido em 1966, no interior do Maranhão, onde conviveu com uma infância muito pobre e um início de vida adulta complicado. Entre o sonho de ser locutor de rádio e a dura realidade do menino quebrador de coco babaçu e vendedor de carvão, ele sabia que precisava mudar o futuro. Primeiro, tornou-se jornalista. E aos 27 anos, deixou a cidade de Santa Inês, onde morava. Em 29 de abril de 1994, na rodoviária de Imperatriz-MA, tudo começou a mudar.

“A princípio eu estava indo para Manaus (AM). Passei primeiro por Imperatriz e, quando fui comprar a passagem na rodoviária daquela cidade, fiquei assustado com o valor, pois eu estava com apenas R\$ 600,00 no bolso. O funcionário da empresa de ônibus me perguntou por que eu estava indo para Manaus, se eu tinha parentes lá. Quando disse que estava indo à procura de um emprego, ele me fez uma pergunta mágica: “por que você não vai para Palmas?”, acrescentando que era uma cidade nova, cheia de oportunidades e a passagem, muito mais barata. Quarenta minutos depois eu já estava a caminho desse novo lugar”.

“Tudo o que me proponho a fazer, faço o meu melhor. Sou assim desde criança, quando disse a mim mesmo que, em condições iguais, normalmente eu teria grandes chances de me sair bem, porque sempre daria o meu melhor”

Ao chegar à capital do Tocantins, fez do jornalismo o ganha-pão. Primeiro no Jornal Correio Tocantinense, depois, no Jornal do Tocantins.

O agora empresário de sucesso confessa que não havia imaginado mudar de profissão. Mas uma previsão feita pela avó dele nunca saiu do coração. “Minha avó, que me criou como filho, com muito carinho, sempre repetia para mim que um dia eu iria ‘ser alguém’. Eu não sabia exatamente o que isso significava, mas guardei com muita fé essas palavras dela, na esperança real de que um dia, de alguma forma, minha vida seria transformada para melhor.”

Em 1998, uma palestra acendeu a faísca que faltava. Ao ouvir que apenas 2% das pessoas fazem parte do grupo que ousam, que empreendem e superam desafios para construir as próprias histórias, não teve dúvida de que lado queria estar.

O Jornalismo ainda se fez presente no início da nova carreira, com a criação de uma assessoria de comunicação, a Fênix. No novo caminho, conheceu a área de terceirização de mão de obra. “Prestando assessoria de comunicação para a Eletronorte, conheci esse ramo de atividade. Lá eram terceirizados serviços como os de motoristas, recepção, limpeza e vigilância. Um dia eu estava conversando com o gerente regional e ele se mostrava muito insatisfeito com uma das empresas prestadoras desses serviços, pela falta de cuidado com os profissionais contratados. Interessei-me e comecei a estudar o assunto.”

Da conversa informal nasceu o Grupo Jorima. “Ganhamos o primeiro contrato licitatório com a Polícia Militar, em 2001. Começamos nossa jornada com 14 funcionários nesse primeiro contrato.



Hoje são mais de 1.200, um número bastante significativo dentro do nosso Estado do Tocantins”, conta orgulhoso.

O grupo hoje reúne várias empresas, com atuação na prestação de serviço em diversos setores, como limpeza e conservação, apoio e administração, vigilância patrimonial, monitoramento, segurança e portaria remota, e, mais recentemente, energia solar, com atuação no Tocantins e em outros estados.

“Tudo o que me proponho a fazer, faço o meu melhor. Sou assim desde criança, quando disse a mim mesmo que, em condições iguais, normalmente eu teria grandes chances de me sair bem, porque sempre daria o meu melhor”, afirma.

Com o DNA do desafio, não demorou muito para ganhar mais uma responsabilidade, a de líder empresarial. Dez anos após chegar a Palmas, em 2004, esteve à frente da criação do Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Transporte de Valores de Cursos e Formação e de Segurança Eletrônica do Estado de Tocantins (Sindesp-TO) e do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão-de-obra do Estado do Tocantins (Seac-TO).

Ao recordar do período, Joseph faz questão de lembrar do incentivo do amigo Lélío Vieira Carneiro, a quem considera um mestre. “Foi ele que me incentivou, me apoiou e me guiou desde o início. Eu não estaria onde estou, se não tivesse contado com o apoio e as orientações dele”, afirma com carinho.



Outros expoentes do setor de serviços também são reconhecidos com gratidão pelo empresário, casos de Edgar Segato, de Goiás, e Renato Fortuna, de Minas Gerais. “Nesse rol de mestres e amigos, merece destaque especial o querido Urubatan Romero, do Ceará, por sua generosidade e elevado espírito de contribuição.”

Ainda no estado, Joseph Madeira se destaca pelo trabalho desenvolvido à frente da Associação Comercial e Industrial de Palmas (ACIPA). A gestão, que está no segundo mandato, é reconhecida e merecedora de elogios em todo o Tocantins.

Presidir a ACIPA tem um significado ainda maior para Joseph. Quando chegou ao Tocantins, foi procurar emprego no jornal Correio Tocantinense. O teste para garantir a vaga consistia em “buscar” um assunto para ser publicado no dia seguinte. Seguindo o que chama de intuição divina, foi até a associação, que passava por um processo eleitoral na ocasião. O pleito da ACIPA foi a primeira matéria do hoje empresário no então novo emprego. “Por tudo isso, ser eleito presidente da ACIPA tem um simbolismo, um significado muito especial para mim”, explica.

“A contribuição ao setor é de alguém muito grato pela transformação que Deus fez em sua vida, de sua motivação natural por buscar sempre fazer a diferença no seu dia-a-dia”

É preciso salientar que as capacidades de Joseph não foram reconhecidas apenas localmente. O empresário passou a integrar a diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) nos últimos anos. Atualmente, ocupa a vice-presidência para Assuntos de Segurança Rural, estando presente e participando das principais decisões da atividade no País.

Para o empresário, porém, a trajetória de sucesso não teria sentido algum sem a família. O trabalho tem um objetivo claro: inspirar e influenciar de maneira positiva os quatro filhos e a todos ao seu redor. “A contribuição ao setor é de alguém muito grato pela transformação que Deus fez em sua vida, de sua motivação natural por buscar sempre fazer a diferença no seu dia-a-dia e que, acima de tudo, cultiva uma verdadeira paixão pelo que faz.”



A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro **Manual de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade** desenvolvido e publicado pelo **Ministério do Desenvolvimento Regional**.

Sinopse: A Sociedade anseia por uma administração pública ágil e eficiente, capaz de implementar políticas e programas de governo que entreguem o melhor valor para a população. Diante disso, a adoção de práticas e estratégias eficazes de gestão exige responsabilidades e deveres do governo, bem como ações de governança e de gestão das instituições públicas, cujo objetivo precípua é entregar o melhor valor público. As incertezas que podem afetar os objetivos são algo inerente à atividade exercida por qualquer instituição e

podem ter origem em diversos fatores, tais como: econômico, social, operacional, político e tecnológico. Assim, as incertezas representam os riscos aos quais uma organização está sujeita, portanto devem ser identificados, analisados e tratados, visando sempre à menor interferência possível nos objetivos do órgão.

A Gestão de Riscos, os Controles Internos e a Integridade constituem mecanismos que geram valor para as instituições e seus processos quando atuam de forma coordenada, buscando tratar as incertezas que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos da organização, bem como quando promovem o comportamento íntegro. Esses mecanismos visam aumentar a qualidade das decisões dos gestores públicos para o alcance do interesse público. Posto isso, o objetivo deste manual é levar a todos os servidores, em especial dos gestores, orientações sobre a aplicação da metodologia de Gestão de Riscos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a qual se encontra no Anexo IV, em conjunto com o Programa de Integridade do MDR. Além dos procedimentos a serem empregados na aplicação da metodologia, este manual fornecerá conceitos, responsabilidades e diretrizes sobre boas práticas, a fim de demonstrar aos gestores a importância do seu papel e de realizar o gerenciamento de riscos, controles e integridade para o alcance dos objetivos institucionais do Ministério do Desenvolvimento Regional. A título de esclarecimento, no Anexo I, há uma lista de conceitos relevantes ao entendimento do tema. O presente manual foi inspirado no Manual de Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, considerando que aquele órgão teve como base para sua Gestão de Riscos o mesmo framework utilizado pelo MDR. “Cada vez mais órgãos de governo adotam normas e desenvolvem processos para gerenciar seus riscos. Proporcionalmente, cada vez mais empresas prestadoras de serviço para órgãos governamentais passarão também a ser cobradas por uma gestão de riscos mais eficiente e estratégica.” Boa leitura! Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha acesso a mais de 3.200 títulos já publicados.



Fenavist participa do Sicomercio 2023

Diretores da Fenavist e presidentes de Sindicatos Estaduais de Segurança Privada participaram, na manhã de 13 de julho, de uma apresentação do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, durante o Sicomercio 2023. O vice-presidente da República abordou questões da economia e do comércio brasileiro.

Realizado em Brasília/DF, o evento é promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e reúne centenas de profissionais que atuam em sindicatos e federações ligadas à entidade.

Superintendente da Fenavist participa do Conecta 2023

A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, participou, no dia 10 de julho, da reunião dos superintendentes de federações do comércio de bens, serviços e turismo. O encontro fez parte da programação do Conecta 2023,

evento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para federações que integram o Sistema Comércio, com participações dos sindicatos filiados, além do Sesc e do Senac, a fim de promover o debate dos principais temas sobre a atuação das entidades.



Diretores da Fenavist participam da 2ª Edição do Fórum Pulire América

O vice-presidente da Fenavist para Assuntos Intersindicais, Marcelo Roberto Bianchin, e a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga, representaram a entidade na 2ª Edição do Fórum Pulire América (ISSA) e na 2ª Edição do Foro Ibero-Americano (WFFSC) 2023. O vice-presidente para Assuntos de Qualidade Sindical, Marcelo Rucker, também participou dos dois eventos, sediados pela Fecomércio-RJ, no dia 30 de junho.



Os participantes discutiram as melhores práticas, os conhecimentos e as visões mais avançadas do setor de prestação de serviços de asseio, conservação, serviços especializados e facilities.

Fenavist discute alterações na Portaria 18.045/2023

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, participou, no dia 27 de junho, do “Encontro com as Entidades Representantes do Segmento de Segurança Privada”. Promovido pela Polícia Federal, o evento teve o objetivo de fomentar a discussão produtiva entre a PF e as entidades com maior representatividade no segmento de segurança privada em relação às principais alterações trazidas pela Portaria nº 18.045/2023-DG/PF. Além do presidente, também representaram a Fenavist os vice-presidentes, Jacymar Daffini Dalcamini e Paulo Cruz; a superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga; a assessora parlamentar, Cléria Santos; e o consultor, Vagner Jorge.



Fenavist esteve presente no Encontro Anual do Fórum de Segurança Pública



A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, e o presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Segurança Privada do Pará e Amapá (Sindesp-PA/AP) e vice-presidente da Federação para Assuntos de Qualidade Sindical da Fenavist, Alberto Fonseca, representaram a entidade na abertura do 17º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O evento, que ocorreu entre os dias 20 e 22 de junho, em Belém-PA, reuniu gestores federais, estaduais e municipais, profissionais da segurança pública, pesquisadores acadêmicos e representantes da sociedade civil dos 26 estados e do Distrito Federal.

Diretora e superintendente da Fenavist recebem o prêmio Mulheres que Brilham

No dia 15 de junho, a vice-presidente da Fenavist para Assuntos Intersindicais Adjunta, Tatiana Diniz, e a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga, foram homenageadas com o prêmio “Mulheres que Brilham na Segurança Privada”.

As duas têm se destacado ao longo dos últimos anos pelo trabalho de excelência em prol do desenvolvimento da segurança privada no Brasil.



Fenavist e ABCFAV discutem Portaria 18.045 da Polícia Federal

No dia 13 de junho, diretores da Fenavist e da ABCFAV se reuniram após a 2ª Assembleia Geral Ordinária da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores para discutir a Portaria 18.045 da Polícia Federal, que disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.



SINDESP-MG COMEMORA 35 ANOS DE VIDA

O Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG) comemorou, no dia 17 de agosto, no Automóvel Clube, em Belo Horizonte, em clima de festa de gala, os 35 anos de fundação. As conquistas, os desafios e as metas para o futuro foram destacados pelo presidente do Sindesp-MG, Edson Pinto Neto, que fez um discurso caloroso e emocionante.

A noite também teve várias outras homenagens. O Sindesp-MG homenageou as entidades que representam nacionalmente o segmento da segurança privada e agradeceu a todos pelo empenho e pela dedicação. Recebeu homenagem Ricardo Tadeu Corrêa, presidente da Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV). A placa foi entregue pelo coronel Naves, diretor do Sindesp-MG. Para receber a homenagem do diretor do Sindesp-MG, Everton da Silva, subiu ao palco João José Andrade de Almeida, conselheiro fiscal presidente da Associação Brasileira de Empresas de Segurança e Vigilância (Abrevis). Já o presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Batista Diniz Júnior, recebeu a homenagem da mão do vice-presidente do Sindesp-MG, Renato Fortuna Campos. Edson Pinto Neto foi quem fez a entrega da placa de homenagem à Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), a qual foi recebida por Urubatan Estevam Romero, vice-presidente financeiro da Fenavist.

Em reconhecimento aos 28 anos de serviços prestados com dedicação e profissionalismo ao Sindesp-MG, o assessor jurídico do Sindesp-MG, José Costa Jorge, recebeu a homenagem da mão do diretor do Sindesp-MG, José Roberto Gustavo.



SINDESP-ES CELEBRA 34 ANOS DE FUNDAÇÃO

No último dia 18 de julho, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Espírito Santo (Sindesp-ES) comemorou 34 anos de fundação. A data, celebrada em grande estilo, teve uma bela festa no dia 28 do mesmo mês. Cerca de 300 convidados compareceram ao evento realizado no cerimonial Le Buffet, em Vitória. Prestigiaram a festa representantes da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), de sindicatos de 17 estados, membros diretoria do Sindesp-ES, representantes de empresas filiadas, fornecedores, patrocinadores, autoridades e amigos da Segurança Privada capixaba.

As mulheres tiveram destaque no evento. A Dra. Luciene da Silva Moreira recebeu a placa de 25 anos de bons serviços prestados aos sindicatos. As vigilantes, Neila Fátima de Lacerda Coelho e Josiele da Silva Vieira, foram agraciadas com o Troféu Popularidade do Miss Brasil Segurança 2022, 1º e 2º lugares, e Adna Martins foi destaque na Edição 2022 do programa Mulheres Que Brilham na Segurança. O Sindesp-ES recebeu homenagem da ABREVIS.

O presidente do Sindesp-ES, Edimar Barbosa, apresentou o projeto das futuras instalações do sindicato e destacou o crescimento de 9% para 12,4% de postos de trabalho feminino no último ano, como fruto das ações do Projeto da Segurança Sem Preconceito, da Fenavist.

SESVESP HOMENAGEIA PARLAMENTARES

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) homenageou o deputado federal coronel Telhada (PP-SP) e o deputado estadual capitão Telhada (PP) com a Medalha da Ordem da Segurança Privada do Estado de São Paulo pelo trabalho desenvolvido em prol da atividade. Nas redes sociais, o SESVESP afirmou que “pai e filho atuam como grandes companheiros do nosso segmento e merecem esta honraria”.



SINDESP-AM COBRA ATUAÇÃO DO GOVERNO DO AMAZONAS APÓS MORTE DE DOIS VIGILANTES EM 48 HORAS

O Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança, Transporte de Valores e Curso de Formação do Estado do Amazonas (Sindesp-AM) lamentou a perda e se solidarizou com familiares e amigos de dois vigilantes mortos em 48 horas, em Manaus, nos dias 15 e 17 de julho. Ao comentar o caso, o presidente do Sindesp-AM, Carlos Anselmo de Sousa, cobrou uma atuação mais forte do governo do estado e colocou a segurança privada à disposição para dialogar e buscar soluções que possam melhorar a vida dos cidadãos.

“Rogamos as autoridades locais pela união da administração pública com a segurança privada, para que, juntos, possamos construir soluções no âmbito da proteção da segurança da sociedade amazonense. Ao longo dos últimos meses, muitas vidas foram perdidas. Nós, classe empresarial e laboral, que atuamos no segmento, cobramos justiça, soluções aos governos do estado e município. Não tem como perdurar a falta de segurança na cidade de Manaus”, afirma Carlos Anselmo de Sousa.

A morte de dois vigilantes durante o trabalho, em menos de 48 horas, em Manaus, infelizmente engrossa a estatística que faz com que a capital do Amazonas seja a 21ª cidade mais violenta do mundo, segundo a Organização Não Governamental (ONG) mexicana Seguridad, Justicia y Paz.

PRESIDENTE DO SINDESP-SE PARTICIPA DE REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DO SENAC

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe (Sindesp-SE), Sandro Moura, participou, no dia 18 de agosto, de Reunião do Conselho Nacional do Senac, na Sede da Fecomércio Rio de Janeiro.

Em pauta, constam deliberações das ações a serem desenvolvidas nos próximos meses, incluindo ações em Sergipe. Junto com o presidente do Sindesp-SE, estiveram presentes à reunião o presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Sergipe, Marcos Andrade; a diretora regional do Sesc-SE, Aparecida Farias; e o diretor regional do Senac-SE, Marcos Sales.



SINDESP-RJ PROMOVE PALESTRA SOBRE MEDIAÇÃO NOS PROCESSOS TRABALHISTAS

No dia 23 de maio, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ) promoveu um evento muito importante para o setor, uma palestra sobre mediação e debate dos processos trabalhistas no e-Social e as consequências práticas.

A apresentação foi feita pelo Dr. Rafael Temístocles, administrador, advogado consultor e membro da comissão trabalhista do CRC/RJ.



Nayane Dantas Nogueira Andrade

Juventude a serviço da segurança privada

Aos 24 anos, a bacharel em direito Nayane Dantas Nogueira Andrade é uma recém-chegada à segurança privada. Após atuar por dois anos na segurança pública, a jovem se tornou executiva do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Norte (Sindesp-RN) em 2023. A atuação tanto na segurança pública quanto na privada reflete uma das escolhas de Nayane.

“Formei-me em Direito no ano de 2021, tendo escolhido esse curso pela paixão pela legislação, principalmente acerca do nosso bem mais precioso: a vida”, conta.

A atuação na segurança pública foi fundamental para que a Executiva do Sindesp-RN entendesse a importância da Segurança Privada.

“Foi com essa experiência que pude observar a fragilidade do nosso sistema operacional e tecnológico em nível estadual e a extrema necessidade da segurança privada para, em harmonia com a pública, garantir direitos básicos da nossa Constituição Federal nas esferas particulares”, explica Nayane.

Ao falar sobre a importância da atividade sindical, a jovem mostra firmeza. “Muito além das negociações das convenções coletivas de trabalho, o papel sindical é garantir a legalidade e os princípios morais dos serviços ofertados pelas empresas do setor”, explica.

E vai além: “A segurança privada é um setor que necessita estar em conformidade com a legislação vigente, garantindo que não haja descumprimento nas áreas trabalhistas e da própria segurança. Além de atuar realizando essa fiscalização, o sindicato patronal atua na representatividade e na defesa dos interesses da categoria.

A executiva do Sindesp-RN acredita que as dificuldades enfrentadas pelo segmento atualmente, principalmente por conta dos problemas da economia brasileira nos últimos anos, serão superadas. Ela enxerga um caminho de sucesso para a atividade.

“Acredito que, apesar das dificuldades encontradas para trabalhar no período econômico atual e com o crescente ‘requisite’ nos recursos utilizados no mundo criminal, a privada tende a crescer demasiadamente devido à necessidade de segurança pessoal e patrimonial. Se considerarmos as infinitas oportunidades de qualificação e capacitação disponíveis para os profissionais da área, além de aparatos eletrônicos que transformam corriqueiramente o setor e garantem a satisfação do cliente, vemos que a segurança privada vem deixando de ser “opcional” e passando a ser fundamental no combate à violência e à criminalidade”, conclui.





Mirian Salete Bazote

Fibra e conhecimento à disposição da segurança privada

Com um currículo que inclui, entre as várias formações, as graduações em direito e administração de empresa, especializações em direito do trabalho, empresarial e previdência social, Mirian Salete Bazote é um dos grandes expoentes femininos da segurança privada brasileira. Seu trabalho começou há 30 anos, em 1993.

A também professora universitária e palestrante conta que a entrada na segurança privada foi espontânea. “Aconteceu naturalmente após trabalhar no segmento como parceira de negócios”, relata.

Atuando na Port Segurança Especializada, ela destaca a importância da atividade. “Nosso segmento luta, desde sempre, por reconhecimento e respeito. Além de todas as dificuldades de mercado, com concorrência desleal e predatória, clandestinidade e redução drástica de postos de trabalho, temos que lutar arduamente pela sobrevivência por conta de regramentos e tributações que apenas fortemente nossa atividade”, explica.

Mirian mostra preocupação ainda com as questões trabalhistas e defende a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. “Nas questões trabalhistas, temos uma justiça do trabalho tendenciosa, o Estatuto da Segurança que aguardamos há anos sua aprovação, a reforma tributária com a voracidade de uma fera implacável em relação ao setor de serviços. Sobre nosso futuro? Em um país com tantas instabilidades e insegurança, a expectativa é continuar lutando cada vez mais por reconhecimento, respeito e, principalmente, sobrevivência”, prevê.

Tem atuação destacada desde o início dos anos 2000, quando foi delegada da regional ABC do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) por 16 anos (2000-2016). Atualmente, é diretora do Departamento Jurídico do próprio SESVESP e da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (Abrevis). Na Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), ocupa a vice-presidência para Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho Adjunto. Ainda defende os interesses da atividade como membro efetivo da Comissão de Segurança Privada da OAB/SP.

A disposição em ajudar a atividade é resumida de forma simples, mas com muita paixão. “A atividade sindical é essencial para a estabilidade e o progresso do segmento com a junção de forças e talentos”, afirma.

Mirian Bazote deixa claro, ainda, que sua contribuição para a segurança privada está longe do fim. “Sinto enorme orgulho, como mulher, em fazer parte deste segmento. Exerço minhas atividades sindicais com a máxima satisfação, sempre à disposição da segurança privada, com trabalho e dedicação”, conclui.

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: AV. Nações Unidas Nº 175 Sala 05 – Bosque – Rio Branco/AC – CEP: 69900-721
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindespal@gmail.com
Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA
CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá, Belém-PA, CEP: 66073-000
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
Telefone : (86)2106-0924
E-mail: anapaula.alves@grupocetseg.com.br
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 – Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
CEP: 59078-400
Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
CEP: 76828-870
Telefone: (69)3226-6269
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Silvío Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3214-6593
E-mail: sindespto@uol.com.br
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
Telefone: (95) 3224 8109
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



Fique ligado na nossa **Agenda**

SETEMBRO

- **DIAS 19 A 21**

ISC Brasil 2023, São Paulo-SP

DIA 20 - Período da Noite

Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026), São Paulo-SP

OUTUBRO

- **DIA 10 - Período da Tarde**

Assembleia Geral Extraordinária, Goiânia-GO

- **DIA 19 - Período da Manhã**

Reunião da Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026), Blumenau-SC

- **DIAS 26 E 27**

39° GEASSEG, Curitiba-PR

NOVEMBRO

- **DIA 09 - Período da Manhã**

Reunião dos Jurídicos dos Sindesps e Consultorias Fenavist

- **DIA 27 - Período da Tarde**

Assembleia Geral Ordinária INASEP

- **DIA 28 - Período da Manhã**

Assembleia Geral Ordinária e Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026)

- **DIA 28 - Confraternização de final de ano da Fenavist**

Protegendo hoje, construindo o amanhã!

Bem-vindos ao INASEP - Instituto Nacional da Segurança Privada! Aqui, sabemos que a chave para o sucesso está em cuidar das pessoas que garantem a tranquilidade em todos os cantos do país. Nossa missão vai além de muros e câmeras, é sobre o bem-estar dos colaboradores que tornam a segurança uma realidade.

Num mundo em constante mudança, discutir temas como o bem-estar é mais do que necessário. Afinal, como garantir a segurança se os nossos defensores não estão cuidando de si mesmos? Investir no equilíbrio emocional e na qualidade de vida é alicerçar um futuro seguro, e não podemos esquecer das finanças pessoais! Colaboradores financeiramente saudáveis têm foco e motivação para proteger com excelência. No INASEP, incentivamos a educação financeira e a construção de uma base sólida para o futuro.

E quando falamos de futuro, a tecnologia é a luz que nos guia! No universo em constante evolução da segurança, inovações são indispensáveis. Investir em tecnologia não é apenas modernizar, é preparar-se para desafios vindouros.

Portanto, chamamos todas as empresas do setor da segurança privada para juntar-se a nós nesta jornada rumo à excelência. Consulte nossos e descubra soluções personalizadas para cada necessidade. Somente através de grandes parcerias, podemos verdadeiramente construir um futuro mais seguro.



Saiba mais:
(61) 3327 - 5440
Whatsapp
(61) 99683-8749
inasep@inasep.org.br

Junte-se ao INASEP, onde a Segurança e o Futuro caminham de mãos dadas!

SIGA O INASEP NAS REDES SOCIAIS

